



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - UFRJ
ECOLOGIA SOCIAL, COMUNIDADES E SUSTENTABILIDADE (LINHA 1 e 2)

João Pedro Viola

**Uma cartografia sobre Transição Agroecológica na região de
Lumiar, São Pedro da Serra e entorno, Nova Friburgo, RJ.**

Professora Orientadora: Patricia Cecilia Burrowes.
Professora co-orientadora: Mônica Machado Cardoso.

Rio de Janeiro
2023

João Pedro Viola

Uma cartografia sobre Transição Agroecológica na região de Lumiar, São Pedro da Serra e entorno, Nova Friburgo, RJ.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre.

Rio de Janeiro

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

João Pedro Viola

Uma cartografia sobre Transição Agroecológica na região de Lumiar,
São Pedro da Serra e entorno, Nova Friburgo, RJ.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Aprovada em 26 de junho de 2023

Prof^a. Dr^a. Patricia Cecilia Burrowes
EICOS/UFRJ - orientadora

Prof^a. Dr^a. Mônica Machado Cardoso
EICOS/UFRJ - coorientadora

Prof^a. Dr^a. Gustavo Mendes de Melo
EICOS/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Juliano Luís Palm
UFRRJ

CIP - Catalogação na Publicação

V795c Viola, João Pedro
Uma cartografia sobre Transição Agroecológica na região de Lumiar, São Pedro da Serra e entorno, Nova Friburgo, RJ. / João Pedro Viola. -- Rio de Janeiro, 2023.
102 f.

Orientadora: Patricia Burrowes.
Coorientadora: Mônica Machado.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2023.

1. Transição Agroecológica. 2. Cartografia. 3. afetos. 4. subjetividades. 5. Lumiar e São Pedro da Serra. I. Burrowes, Patricia, orient. II. Machado, Mônica, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Agradecimentos:

Quero agradecer à Marta Pinheiro, pela sua generosidade em aceitar e me orientar no início desse projeto. Sua presença segue ecoando como exemplo na arte de compor com a vida em meio às adversidades.

Agradeço também a todos os agricultores e participantes desta pesquisa, pela disponibilidade em colaborar e pelo trabalho produzido em prol da agroecologia.

À minha orientadora Patrícia Burrowes e à minha co-orientadora Mônica Machado, agradeço por terem me ajudado a seguir meu propósito com confiança, me acompanhado nesse processo com tanta atenção e apoio.

À Zelma, Lia Caldas, Gabriela Fonseca e Maria Emília Melo (Mila), pelas conversas, trocas e indicações de referências bibliográficas.

À minha companheira, Luiza Cilente, agradeço pelas trocas de afetos que tanto me ensinam e potencializam.

À Marina Murta pela revisão do texto e por suas contribuições.

À Marina Cavalcanti pela amizade e por ter me acolhido durante momentos de dificuldade.

À minha família pelo apoio contínuo que sempre recebi.

À toda a rede de amigues que, desde a pandemia, venho cultivando em São Pedro da Serra e Lumiar.

À Capes, expresso minha gratidão pelos 11 meses de bolsa e resistência, mesmo em meio ao obscurantismo e negacionismo que assolaram o Brasil de 2018 a 2022.

Por fim, agradeço a todos humanos e não humanos habitantes de São Pedro da Serra e Lumiar que colaboram para a diversidade da vida na região.

RESUMO:

O presente trabalho é uma cartografia que versa sobre os processos de transição agroecológica na região de Lumiar, São Pedro da Serra (distritos de Nova Friburgo, RJ) e entorno, com foco nas motivações e afetos que permeiam práticas de agricultura sustentáveis. Parte-se da premissa de que este é um tema de grande relevância, dada a predominância no Brasil da agricultura convencional, caracterizada pelo uso ostensivo de agrotóxico e pelos consequentes danos causados ao meio ambiente e à sociedade. Diante deste cenário, se torna importante acompanhar as motivações e afetos que se fazem presentes nas práticas de agentes envolvidos na busca por uma agricultura de base agroecológica - ou seja, socioambientalmente sustentável e justa. Me interessa refletir sobre o que podemos aprender de tais práticas no contexto de um mundo em ruínas e, ainda, que respostas têm sido construídas a partir dessas iniciativas. Nesse sentido, este trabalho buscou conhecer e descrever tais processos subjetivos referentes à construção destas realidades de transição agroecológica enquanto composição de trocas afetivas entre múltiplos componentes que se definem mutuamente e em coemergência. Para tanto foi utilizado autores como Deleuze e Guattari para quem a subjetividade possui papel central no entendimento do mundo em que vivemos, bem como a possibilidade de mudanças e transformações deste (DELEUZE e GUATTARI, 1996; READ, 2022). Como estratégia metodológica foram feitas visitas a campo, registros e entrevistas com agricultores dos distritos de Lumiar, São Pedro da Serra (Nova Friburgo, RJ) e entorno a fim de conhecer e acompanhar tais processos. Ao longo deste processo foi possível identificar a colaboração (TSING, 2022) enquanto encontros de mútua afetação de seus agentes, tanto humanos como não humanos, como principal estratégia de sustentabilidade das experiências pesquisadas.

Palavras chaves: Transição Agroecológica, Cartografia, afetos, subjetividades, Lumiar e São Pedro da Serra.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Mapa de localização da APA de Macaé de Cima e Bacia do Rio Macaé

Figuras 2, 3, 4 e 5: Fotos de Lumiar, Nova Friburgo, RJ. Maio de 2022

Figura 6 e 7: Fotos de São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ. Maio de 2023

Figura 8: Fotos do início do projeto Jardim de Luz em Lumiar, Nova Friburgo, RJ. 2021

Figura 9: Ailson me mostra orgulhoso seus belos cogumelos shitakes e shimeji. Lumiar, Nova Friburgo, RJ. 2022

Figura 10: Primeira reunião pós pandemia da regional de agroecologia Serrana Leste, São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ. 2022

Figura 11: Encontro e troca de experiência entre participantes da regional de agroecologia Serrana Leste. Dr. Elias, Trajano de Moraes, RJ. 2023

Figura 12: A imagem mostra a diferença entre o terreno reflorestado por Nina e seu companheiro e o terreno do vizinho que segue sendo pasto. Trajano de Moraes, RJ. 2022

Figura 13: Aqui vemos um Sistema Agroflorestal criado por Nina e seu companheiro. Bananeiras, mudas de café e palmeiras (entre outros) sobrevivem a partir da colaboração. Trajano de Moraes, RJ. 2022

Figura 14: Ainda no terreno de Nina, encontramos rabanetes, abacaxis e rúculas colaborando entre si para um solo mais rico e biodiverso. Trajano de Moraes, RJ. 2022

LISTA DE SIGLAS:

ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro
AARJ	Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
Coonatura	Cooperativa Mista de Produtores e Consumidores de Ideias, Produtos e Soluções Naturais
GAE	Grupo de Agricultura Ecológica
SPG	Sistemas Participativos de Garantias
TA	Transição agroecológica

SUMÁRIO:

Introdução	11
Capítulo 1. Fundamentação teórica - Antropoceno e agroecologia e modos de subjetividade	16
1.1 Antropoceno e ausência de um local comum.....	16
1.2 Refletindo sobre a crise ambiental no Brasil.....	21
1.3 Revolução Verde e Agronegócio.....	24
1.4 Agroecologia, agriculturas sustentáveis, outras subjetividades possíveis?.....	28
1.5 Afetos.....	31
1.6 Cosmopolítica entre paisagens contaminadas.....	34
Capítulo 2. Cartografia enquanto campo teórico metodológico	39
2.1 Cartografia como arte de acompanhar processos.....	39
2.2 Revisão Bibliográfica.....	43
2.3 Questionamentos prévios e primeiros passos.....	44
2.4 Cultivo e produção de dados.....	45
2.5 Encontros e desencontros no campo.....	47
Capítulo 3. Descrição do histórico de São Pedro da Serra e Lumiar, Nova Friburgo, RJ	50
3.1 O surgimento de Lumiar, São Pedro da Serra e biorregião e o seu contexto.....	50
3.2 Abertura para "Modernidade".....	53
3.3 A hegemonia dos agrotóxicos.....	57
Capítulo 4. Processos de subjetivação na transição agroecológica em Lumiar, São Pedro da Serra e entorno	66
4.1 Arranjos possíveis.....	66

4.2 Considerações sobre paisagens contaminadas.....	79
4.3 Agentes não humanos.....	82
4.4 Motivações e afetos agroecológicos.....	87
Considerações finais.....	91
Referências.....	94
ANEXOS.....	99

Introdução

Esta é uma pesquisa sobre afetos e motivações de agentes envolvidos na transição agroecológica (TA) de Lumiar, São Pedro da Serra e entorno. Guiado pelo referencial teórico metodológico da cartografia, tenho como objetivo acompanhar e descrever processos a partir de um ponto de vista declaradamente participativo. Parto de um relato situado que busca reconhecer tanto as limitações do lugar de onde acesso meu campo, assim como a minha implicação com este. Começo assim, descrevendo o início de minha trajetória investigativa.

Em meados de 2020 me mudei de uma cidade grande e urbana como o Rio de Janeiro para uma região rural, mais especificamente o distrito de Lumiar, em Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro. Minha mudança se deu em meio à pandemia de Covid-19. Este foi um período de muitas perdas e do qual certamente irá demorar bastante tempo para nos recuperarmos e processarmos, especialmente no Brasil, onde diversos levantamentos de dados indicam que houve negligência e omissão por parte das autoridades competentes à época¹, ocasionando um cenário de inúmeras mortes que poderiam ter sido evitadas, além do descuido e abandono da maioria da população por parte do governo vigente durante o período mais severo da pandemia.

Não bastasse esse contexto desolador causado pela disseminação de um vírus mortal para o qual até então não havia imunização, o Brasil se defrontava com inúmeras manifestações de desastres ambientais². Além disso, na contramão de qualquer política de preservação, éramos açoitados por um governo negacionista que administrava uma política devastadora em relação a toda e qualquer pauta ambiental. Nesse contexto, os primeiros meses de pandemia, enquanto ainda morava na cidade do Rio de Janeiro, me trouxeram dias especialmente difíceis e angustiantes e mudar para Lumiar foi algo que me ajudou muito a passar por esse período.

Ao relatar isso sinto ser importante reconhecer que as possibilidades que me permitiram fazer tal mudança como trabalho *home office* e a rede de amigos que me

¹ Como aponta o relatório produzido em 2022 pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/10/relatorio-final-renan-calheiros-cpi.pdf> Acesso em: 13 jun 2023.

² Vide queimadas recordes no cerrado e na amazônia em 2020.

repcionou não estava dada para grande parte da população. Penso assim que a qualidade de vida que consegui presenciar possa ser entendida como um direito que infelizmente não se estende de forma democrática a todos.

Tal possibilidade de uma melhor qualidade de vida em um contexto de doença infecciosa, entretanto, não se aproxima de uma realidade isenta de dificuldades materiais. O início de minha mudança foi marcado pela busca por trabalhos. Além do atendimento como psicólogo online, trabalhei como garçom em alguns restaurantes locais e como organizador de compras coletivas³. Vivenciei ainda a passagem por diversas moradias a fim de conseguir me estabilizar em meio a um cenário de especulação imobiliária e aumento no valor dos aluguéis residenciais na região. A qualidade de vida a que me refiro aqui não é algo que deveria ser estranho a todos, pelo contrário, é algo que está previsto inclusive na nossa constituição como um direito básico (Art. 225.): “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”⁴.

De fato, a riqueza da biodiversidade local salta aos olhos de qualquer visitante minimamente atento. Os municípios de Lumiar e São Pedro da Serra, fazem parte da Área de Preservação Ambiental (APA) Macaé de Cima, criada em 2001, local onde nasce o Rio Macaé, sendo “um dos blocos mais representativos de Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro, que ocupa 71,18% de toda a área” (INEA, 2014, p. 13). Contudo o termo “ambiente ecologicamente equilibrado” , não me parece dar conta da complexidade envolvida na paisagem local, marcada por uma diversidade de encontros não intencionais (TSING, 2022) que, ao ser olhada de perto, apresenta uma dinâmica de forças sócio históricas complexas, e muitas vezes não favoráveis à preservação ambiental.

Movido por aprofundar-se nesta complexidade, o presente trabalho nasce do exercício de conhecer e descrever um pouco das dinâmicas que desenham a questão sócio ambiental local, a partir do ponto de vista de um recém chegado (um

³ Grupos de compras coletivas são organizações de pessoas que, habitando uma mesma localidade, se reúnem para pedir determinados produtos diretamente às empresas, estreitando as negociações ao excluir atravessadores (mercados, lojas). A autonomia, auto-organização e colaboração costumam ser fatores que constituem tais grupos. Na região onde vivo, o grupo de compras coletivas possui um grupo de focalizadores que se disponibilizam a organizar a logística da compra. Para tanto, o trabalho conta com uma colaboração de uma pequena porcentagem sobre o valor de cada produto..

⁴ Infelizmente a justiça ambiental no mundo todo está longe de uma realidade, sendo as populações mais vulneráveis em geral mais afetadas pelos efeitos climáticos gerados em sua maior parte pelo interesse do grande capital e os seus representantes.

“neorrural”⁵, como se convencionou chamar na área acadêmica) a Lumiar, São Pedro da Serra e arredores, ambientes de forte caráter rural. Em busca de conhecer e refletir sobre formas de relação que nos ajudem a pensar outros mundos possíveis, passei a me indagar sobre a potência desta relação mais próxima entre sociedade e natureza. Desta forma fui movido por algumas perguntas que motivaram minha pesquisa: como se dão as relações e trocas de afetos entre seres humanos e não humanos neste contexto? Como estas relações se inserem em um contexto político mais amplo de luta pela agroecologia? Quais são os agentes envolvidos nessas lutas e como estes se organizam?

Interessado em investigar as relações existentes entre modos de vida e as formas de subjetividades que lhe são possíveis, recorri a uma abordagem psicossocial. Tal perspectiva se alinha com a proposta da linha 1 (Ecologia social, comunidades e sustentabilidade) e 2 (Psicossociologia Crítica, Comunidades e Redes) de pesquisa do programa de pós graduação de psicossociologia de comunidades e ecologia social - EICOS do Instituto de Psicologia -UFRJ.

Em relação à estrutura deste trabalho, o primeiro capítulo discorre de forma ampla sobre a relação entre agricultura e meio ambiente no Brasil e as formas de subjetividades possíveis que emergem desta relação. Tal análise é acompanhada de considerações teóricas no intuito de servirem como ferramentas críticas para reflexão posterior sobre o trabalho de campo. A questão das mudanças climáticas é debatida a partir do que diferentes cientistas de diversas áreas vêm chamando de antropoceno, nomeando o que seria um novo período geológico marcado pela inequívoca influência humana na condição climática do planeta. Entender como esta situação se coloca no caso brasileiro nos remete a um questionamento em relação ao atual modelo agrícola industrial hegemônico, comumente chamado de agronegócio⁶. Ao analisar a construção histórica deste modelo, busca-se tanto apontar o seu caráter socioambientalmente insustentável como desnaturalizar seus pressupostos,snos permitindo entrever que outros modos de agricultura e de relação entre sociedade e natureza são possíveis.

⁵ Para exemplos de trabalhos sobre o termo ver: GIULIANI, 1990. Não obstante as reflexões feitas por estes autores optei nesta pesquisa pela utilização do termo apenas para significar a origem urbana de sujeitos que, como eu, optaram por morar em um contexto rural.

⁶ Segundo o Observatório do Clima (2021a) a maior parte das emissões de gases do efeito estufa no Brasil estão ligados direta ou indiretamente à agricultura.

A agroecologia, enquanto alternativa ao agronegócio, é apresentada como um movimento social composto por diversos agentes e uma teoria crítica que busca lidar com a complexidade socioambiental da questão agrícola e da soberania alimentar. Interessa investigar quais outros modos de vida tais práticas agroecológicas podem produzir, como são tecidas suas relações de afetos e quais são as motivações para sua sustentação e para o seu processo de TA. Para tanto, a teoria sobre o afeto de Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 1996; READ, 2022) nos permite pensar os afetos como pré individuais e transindividuais, remetendo necessariamente à questão política. Além disso, este trabalho se apoia na ideia de cosmopolítica elaborada por Stengers (2018), que visa pensar mundos possíveis a partir das diferenças, sem para isso ter que anulá-las. Tal desafio se dá ainda em meio ao que Tsing (2022) chama de contaminação, tornando fundamental nos atentarmos para os processos de colaboração sem os quais não há a sobrevivência possível.

O capítulo dois apresenta a cartografia como orientação teórico metodológica que guiou esta pesquisa. Tal proposta traz em si reflexões sobre temas concernentes à implicação do pesquisador com seu campo de pesquisa e com o caráter participativo da produção de conhecimento. Também são abordadas, a partir deste referencial reflexões sobre a utilização das técnicas de pesquisas utilizadas nesse trabalho, tais como a entrevista, o diário de campo e a revisão bibliográfica

Tendo sido apresentadas as estratégias, assim como as bases conceituais e problematizações que servem como ponto de partida deste trabalho, o capítulo três inicia uma análise específica do local deste estudo (Lumiar, São Pedro da Serra e entorno). É feita uma apresentação do histórico local e das formas como os diferentes agentes, humanos e não humanos se relacionam com a possibilidade de um processo rumo a TA. Tal análise contou com a revisão bibliográfica sobre trabalhos acadêmicos na região estudada e com o material pesquisado no processo cartográfico por meio de entrevistas e anotações de diários de campo. Dando sequência à descrição do trabalho de campo, o capítulo quatro apresenta os agricultores entrevistados em suas diferentes estratégias de redes e trabalho. A partir de um processo de produção de conhecimento que se reconhece como situado, implicado e como inerente a seu próprio ato de criação, buscou-se refletir sobre as motivações destes agentes, os arranjos afetivos em que estão inseridos e

a possibilidade de multiplicação destas experiências enquanto potencializadoras de um processo de transição agroecológica local.

Capítulo 1. Fundamentação teórica - Antropoceno e agroecologia e modos de subjetividade.

1.1 Antropoceno e ausência de um local comum

Estudiosos de diversas áreas vêm se debruçando sobre os efeitos climáticos e alertando sobre a gravidade do momento em que vivemos. Autores como Donna Haraway (2016), Bruno Latour (2020a), Déborah Danowski e Viveiros de Castro (2014), Ailton Krenak (2019), Anna Tsing (2019), vêm utilizando termos como antropoceno para evidenciar um novo período geológico em que nos encontramos, marcado pela inequívoca influência humana na condição climática do planeta.

Este termo ganhou notoriedade no mundo científico a partir de um artigo feito pelo químico Paul Crutzen e pelo biólogo Eugene Stoermer em um artigo chamado *Global Change Newsletter* (2000, apud: COSTA, 2022). Desde então surgiram outros nomes com a intenção de assinalar aspectos que ficariam de fora desta designação, tais quais capitaloceno, plasticeno, *plantationceno* (entre outros) (COSTA, 2022). Entretanto, segundo Costa (2022), nenhum outro termo teve, como o antropoceno, “tanta adesão e produziu tamanho impacto não apenas na produção científica, mas na própria percepção de como vemos e alteramos o mundo e de como essas mudanças nos influenciam de volta.”⁷ (COSTA, 2022, p. 107)

É certo que a ação humana já vem alterando o seu entorno há muito tempo, mas a relevância de se criar um novo nome para esse momento, segundo Haraway (2016) “tem a ver com a escala, a relação taxa/velocidade, a sincronidade e a complexidade” (p 139). Ainda sobre a definição desse novo momento a autora nos diz:

Trata-se de mais do que “mudanças climáticas”; trata-se também da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres etc., em padrões sistemicamente ligados que podem gerar repetidos e devastadores colapsos do sistema (HARAWAY, 2016, p. 139).

⁷ Entre uma das ressalvas importantes ao termo Antropoceno está a de que este generalize a responsabilidade pelos efeitos climáticos deixando de apontar seu caráter histórico ligado ao interesse do desenvolvimento de grandes potências e empresas.

Em suma, vivemos um momento sem precedentes, marcado pela destruição de “espaços-tempos de refúgio para as pessoas e outros seres” (HARAWAY, 2016, p. 140).

Em meio a este cenário a divisão clássica entre sociedade e natureza é colocada em questão, dado que a sociedade vem cada vez mais se deparando com o seu pertencimento naquilo que antes era visto como “Natureza” pensada como algo externo aos seres humanos. Ao negligenciarmos e explorarmos irresponsavelmente esta suposta exterioridade estamos nos dando conta, a duras custas, que é a nós mesmos que estamos devastando. Esta questão implica todas as formas de vida que habitam uma complexa rede de interdependência. Como nos diz Bruno Latour , em seu livro *Onde aterrar?*

Se a natureza se transformou em território, não faz mais sentido falar em “crise ecológica”, em “problemas de meio ambiente”, em questão de “biosfera” a ser recuperada, salva, protegida. O desafio é muito mais vital, mais existencial – e também muito mais compreensível, pois muito mais direto. Quando o tapete é tirado debaixo dos seus pés, você entende num segundo que terá de se preocupar com o assoalho...(2020a, p. 14).

Nesta obra o autor destaca o papel central das mudanças climáticas para compreensão sobre a política nos últimos 50 anos. Em seu livro, escrito no contexto da eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos em 2016, da saída da Inglaterra da União Europeia (Brexit) e das ondas de imigrações na Europa e nos Estados Unidos, o autor reflete sobre a atual crise daquilo que poderia ser entendido como um mundo comum, marcado pelo fim do entendimento hegemônico da globalização como sinônimo de modernização e prosperidade.

Para o autor, desde 1990, com a “vitória sobre o comunismo” simbolizada com o fim da União Soviética, vemos uma crescente desregulamentação dos estados, acompanhada do crescimento da desigualdade social por todo o mundo, fatos que vêm dando um sentido cada vez mais pejorativo à palavra globalização. Países do Norte Global, que antes incentivaram países do Sul Global através do discurso liberal a abrir suas fronteiras econômicas, passaram a fechar as suas cada vez mais, tanto comercialmente como fisicamente, controlando minuciosamente o tráfego de pessoas e se isolando politicamente de acordos internacionais sobre direitos humanos ou ações contra as mudanças climáticas⁸. Dessa forma, o movimento de globalização, antes associado por muitos como positivo, entendido como “uma multiplicação dos pontos de vista, o registro de um número maior de

⁸ Por exemplo, a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris em 2016.

variedades, a consideração de um maior número de seres, de culturas, de fenômenos, de organismos e de pessoas.” (LATOUR, 2020a, p 18), passa a ser, de forma oposta, cada vez mais visto como uma falsa promessa de modernização e desenvolvimento.

O autor, contudo, ressalta que para os povos historicamente colonizados, explorados e privados de suas terras, resistir nunca foi uma questão de opção. De modo que não estamos diante de um problema novo. A única novidade seria a inclusão desse sentimento de falta de terra habitável para os países do Norte Global, às voltas com o aumento da imigração, a perda de direitos sociais de sua população e os impactos das mudanças climáticas.

Para Latour, o acontecimento da COP21 em Paris, ocorrido em 2015, marca o momento em que

Os países signatários, ao mesmo tempo em que aplaudiam o sucesso do improvável acordo, davam-se conta, horrorizados, de que se todos avançassem conforme as previsões de seus respectivos planos de modernização, não existiria planeta compatível com suas expectativas de desenvolvimento”(LATOUR, 2020a, p. 11).

Desta forma podemos dizer que a crise de imigração e a ausência de um lugar habitável passou a ser generalizada também para o Norte Global. Tanto para os antigos habitantes de países da Europa e os Estados Unidos, como para aqueles que foram obrigados a sair de suas terras por motivo de guerras, de fracasso de desenvolvimento econômico e por mudanças climáticas.

Tal generalização, contudo, não garante nenhuma conscientização por parte do Norte Global. Pelo contrário, o atual sistema capitalista em que vivemos tem mostrado que, em momentos de crise, os mais fracos continuam ainda mais explorados, ainda que isso implique em consequências globais. Além disso, as consequências das mudanças climáticas, causadas em sua maior parte por países mais ricos, não se dão de forma homogênea, atingindo principalmente os países mais pobres, que possuem menos estruturas para lidar com desastres ambientais.

Em meio a esta crise muitos optaram por valores contrários à globalização como defesa dos valores locais e de identidades estabelecidas, fechadas em si mesmas. Esse movimento é comumente criticado pelos defensores da globalização no sentido de ser associado à defesa de valores arcaicos e reacionários. Entretanto, Latour nos alerta sobre a existência de um outro tipo de busca pelo local, e

questiona se seria possível fazer os defensores de uma globalização, no sentido da multiplicação dos pontos de vista, entenderem que “é normal, que é justo, que é indispensável querer conservar, manter, garantir o pertencimento a uma terra, a um lugar, a um solo, a uma comunidade, a um espaço, a um meio, a um modo de vida, a uma profissão, a uma habilidade?” (LATOURE, 2020a, p. 20-21). Reconhecer isso seria importante justamente para nos mantermos capazes de nos atentar às diferenças e não reduzi-las.

Seguindo nessa reflexão Latour questiona: Como seria possível viver em um mundo “sem nenhuma proteção, à mercê de todos os ventos, misturados a toda a gente, brigando por qualquer motivo, sem mais garantia alguma, deslocando-nos permanentemente, permanentemente, perdendo toda identidade, todo conforto? Seria possível para alguém viver assim?” (LATOURE, 2020a, p. 16). Além de afirmar que não, ele nos convida a concentrar todos os esforços na resposta a perguntas como: para onde ir? Como viver? Com quem coabitar? Como encontrar um lugar? Como nos orientarmos?

Estas são perguntas que permeiam a produção deste trabalho, mas também se colocam para mim como questões existenciais. Como recém chegado à região, em meio à pandemia de covid-19 e às crises socioambientais atuais, tais indagações se colocam de forma imperativa e prática. Nesse sentido, conhecer os agentes e as forças presentes no local em que escolhi habitar tem sido uma busca por permitir ser afetado e se esforçar para compor juntos a possibilidade de outros mundos possíveis.

A possibilidade de habitar um solo passa assim pela questão da relação que se estabelece com este. No caso desta pesquisa, nos interessa então entender como são possíveis agriculturas que formam modos de vida sustentáveis. Nesse sentido, apesar dos exemplos da agricultura camponesa e familiar e dos conhecimentos tradicionais indígenas e quilombolas, nos parece que há um desafio sem precedentes a se enfrentar. Segundo Latour:

Nenhuma sociedade humana, por mais sábia, perspicaz, prudente, cautelosa que possamos imaginar, nunca precisou lidar com as reações do sistema terra às ações de oito a nove bilhões de humanos. Toda a sabedoria acumulada durante dez mil anos, mesmo se conseguíssemos redescobri-la, nunca se aplicou a mais que centenas, milhares ou alguns milhões de seres humanos habitando um palco relativamente estável (LATOURE, 2020a, p. 48).

A indagação de como encontrar um solo habitável possui assim suas limitações e problematizações tanto para os defensores do que Latour chama de Global quanto do Local.

É preciso se confrontar com o que é, ao pé da letra, um problema de dimensão, de escala e de habitação: o planeta é estreito e limitado demais para o globo da globalização. No entanto, ele é *grande demais* – infinitamente grande –, ativo demais, complexo demais para permanecer dentro das fronteiras estreitas e limitadas de uma localidade qualquer. Estamos todos duplamente consternados: pelo grande demais e pelo pequeno demais. (LATOURE, 2020a, p. 22)

Diante disso, faz-se necessário, em tempos atuais, dois movimentos complementares, que a chamada modernização havia tornado contraditórios até então - a vinculação à terra e a abertura a uma perspectiva global, caracterizando aquilo que Latour chama de um movimento rumo ao Terrestre. O termo vem do original do autor em francês “Terriens” , ao contrário da definição tanto do que é chamado comumente de “mundo humano” como de “Natureza”, os Terrestres seriam assim todos os agentes e sujeitos, humanos ou não, implicados nas crises ecológicas e políticas, em sua maioria como vítimas (LATOURE, 2020a; 2020b).

A agroecologia se configura assim como uma resposta necessária para os dilemas de uma vinculação à terra que esteja conectado com os problemas globais. A necessidade de valorização local aqui surge não como segregação do resto do mundo, mas como formas de sobrevivência que resistem às imposições globalizantes. Não à toa, o movimento agroecológico está historicamente associado a práticas de grupos oprimidos e marginalizados como quilombolas, camponeses, indígenas, caiçaras, entre outros. Este fato, contudo, não pode ser pensado apenas como uma busca romântica pelo passado, mas sim como reconhecimento da potência destes atores e de seus conhecimentos para construção de uma nova realidade que responda pelos desafios modernos.

Segundo o filósofo Charbonnier (2022), interessado nos debates que organizam a questão ecológica na atualidade, a agroecologia seria uma resposta aos dilemas socioambientais modernos :

Não se trata de uma glorificação romântica de técnicas agrícolas do passado nem de uma oposição simplista entre o mundo do engenheiro agrônomo e aquele do camponês “de sempre”, mas de uma resposta ao dilema modernista entre produtividade, estabilidade das estruturas sociais e sustentabilidade ambiental. A agroecologia, sob um plano técnico, privilegia

a policultura contra a uniformização dos agroecossistemas. (CHARBONNIER, 2022, p. 304)

Desta maneira, este trabalho se guiará por estas reflexões tendo como auxílio a prática da agroecologia no desafio de pensar uma vinculação ao solo que esteja aberta à já citada “multiplicação dos pontos de vista, o registro de um número maior de variedades, a consideração de um maior número de seres, de culturas, de fenômenos, de organismos e de pessoas” (LATOURE, 2020a, p. 18).

1.2 Refletindo sobre a crise ambiental no Brasil

No ano de 2021, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em sua sexta edição afirmou tanto ser “inequívoco que a influência humana aquece a atmosfera, os oceanos e a superfície terrestre” (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021, p. 1), como pela primeira vez quantificou esta contribuição. Segundo o relatório: “do aquecimento de 1,09°C observado atualmente (2011-2020) em comparação com o período pré-industrial (1850- 1900), 1,07°C provavelmente deriva de ações humanas, como a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento” (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021, p. 1). Mesmo nos cenários mais otimistas traçados pelo relatório, o aumento de 1,5°C deve ser ultrapassada entre 2021 e 2040 (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021) e somos advertidos que, ainda que fosse possível estabilizar a temperatura em 1,5°C, já acarretaria em “eventos extremos sem precedentes no registro histórico (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021, p. 5)”.

Segundo dados do SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa), do Observatório do Clima, o Brasil ocupa o quinto lugar entre os maiores poluidores climáticos, ficando atrás apenas de China, EUA, Rússia e Índia (SEEG, 2021). Em 2020, enquanto o mundo todo viu suas emissões de gases do efeito estufa diminuírem por conta do recuo da economia frente à pandemia de Covid-19 (redução de 7%) o Brasil, na contramão, teve o infeliz mérito de aumentar em 9,5% suas emissões brutas, tornando-se possivelmente o único grande emissor do planeta a verificar alta (SEEG, 2021).

Ao nos determos sobre as causas destas emissões brasileiras constatamos que atualmente 72% derivam direta ou indiretamente da atividade rural⁹. Novamente segundo o SEEG:

Quando se soma o total emitido por mudança de uso da terra e as emissões totais da agropecuária, a maior parte delas do rebanho bovino, conclui-se que quase três quartos (73%) das emissões nacionais estão direta ou indiretamente ligadas à produção rural e à especulação com terras (SEEG, 2021, p.6).

A maior parte das emissões brutas (46% do total nacional de 2020) é causada por alterações de uso da terra. Tais alterações ocorrem, em sua maior parte devido ao desmatamento do bioma Amazônia¹⁰, em sua maior parte relacionado ao agronegócio (SEEG, 2021).

Ironicamente, 2020 também marcou o fim de um ciclo importante em relação a políticas de clima no Brasil, momento no qual o país deveria ter cumprido as metas inscritas na lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)¹¹. Entretanto, como afirma o relatório do SEEG, "o país encerrou o ciclo inicial da PNMC e entrou no regime de Paris retrocedendo na meta e sem ter nem ao menos um plano traçado para cumpri-la" (SEEG, 2021, p. 48).

Importante dizer também que, além do posicionamento científico, há tempos outras vozes fundamentais, como as dos povos originários brasileiros¹², vêm alertando a sua maneira sobre os perigos do nosso modelo de civilização. Tais povos foram, por muitos anos, capazes de estabelecer uma relação sustentável com o seu entorno e ainda hoje permanecem como reais guardiões da natureza, habitando áreas de grande importância ambiental como a Amazônia.

No livro "1499 O Brasil antes de Cabral" (LOPES, 2017) são apresentados diversos estudos recentes que revelam o grau de sofisticação da forma como estes

⁹Disponível em:

<https://www.oc.eco.br/emissoes-setor-de-alimentos-podem-inviabilizar-meta-acordo-de-paris/>

Acessado em: 21 maio 2023

¹⁰ "De acordo com o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), desde 2019 o desmatamento na Amazônia atingiu o patamar de mais de 10.000 km², enquanto o do Cerrado chegou a 7.339,9 km² em 2020, um aumento de 13% em relação ao ano anterior (6.483,4 km²)" (SEEG, 2021, p 30).

¹¹ Lei 12.187/2009, regulamentada inicialmente em 2010 pelo Decreto 7.390/2010, substituído em 2018 pelo Decreto 9.578/11

¹²O livro de Davi Kopenawa e Bruce Albert *A queda do céu* (KOPENAWA; ALBERT, 2015) é um excelente exemplo de alerta e crítica, a partir da perspectiva de um xamã yanomami, ao nosso mundo da mercadoria e à crise ecológica decorrente deste.

habitantes interagem com o mundo à sua volta. Um exemplo destes estudos é a constatação que grandes áreas de florestas da região amazônica foram na verdade plantadas por indígenas em processos de seleção natural de espécies. Este fato coloca em questão a ideia de Natureza como algo mecânico e autônomo do fazer humano e nos ajudam a pensar a importância da prática agroecológica. Além disso, no caso desta pesquisa, os conhecimentos indígenas são destacados pela importância histórica do pousio¹³ na região — técnica que com o início das leis ambientais locais foi proibida e hoje, em razão de novos estudos, passou a ser legalizada e valorizada como técnica sustentável.

Tragicamente, tais modos de vida e territórios indígenas vêm sendo atacados desde o tempo da colonização europeia e continuam até hoje através, por exemplo, da exploração do meio ambiente por ação de madeireiros, garimpeiros e grileiros que vêm gerando um número crescente de conflitos ambientais violentos. Para ficar apenas em um exemplo recente, durante o processo de escrita deste trabalho (2022) foram assassinados dois importantes ativistas ambientais, o indigenista brasileiro, Bruno Araújo e o jornalista britânico, Dom Phillips. Logo após o ocorrido foi lançado o livro *Fundação anti-indígena: Um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro* produzido pelo Inesc e pela associação que representa servidores e indigenistas da Funai (INA), que denuncia a política anti-indigenista do governo Bolsonaro e o desmantelamento de órgãos competentes como a Funai.¹⁴

¹³ O pousio consiste em uma técnica agrícola de origem indígena herdada pelos primeiros agricultores da região sendo definida “como uma forma de agricultura marcada pela rotação de pequenas áreas de cultivos (3 a 5 hectares), alternando períodos curtos (2 a 4 anos) com períodos maiores de descanso (10 a 12 anos)” (SILVA, 1996, BERTOLINO; BERTOLINO, 2010, p 55, Apud CALDAS, 2014).

¹⁴Durante os momentos finais deste trabalho, jornalistas da plataforma Samaúma denunciaram a tragédia Yanomami que vinha ocorrendo durante o governo de Jair Bolsonaro (20 de janeiro de 2023). Segundo a reportagem, neste período, “o número de mortes de crianças com menos de 5 anos por causas evitáveis aumentou 29% no território Yanomami: 570 pequenos indígenas morreram nos últimos 4 anos por doenças que têm tratamento”. Disponível em: <https://sumauma.com/governo-declara-situacao-de-emergencia-e-envia-forca-nacional-do-sus-ao-territorio-yanomami/> Acesso em: 24 mai 2023. Após a denúncia, o Ministério da Saúde do novo governo do presidente Luiz Inácio da Silva publicou uma portaria que declarou emergência em saúde pública no território Yanomami. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/ministerio-da-saude-declara-emergencia-em-saude-publica-em-territorio-yanomami#:~:text=Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20declara%20emerg%C3%Aancia%20em%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica%20em%20territ%C3%B3rio%20Yanomami.-Centro%20de%20Opera%C3%A7%C3%B5es&text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20declarou,que%20vivem%20no%20territ%C3%B3rio%20Yanomami.> Acesso em: 24 mai 2023.

Ainda sobre as políticas de devastação ambiental ocorrida no governo entre 2019 e 2022, podemos apontar o desmonte de políticas de controle de desmatamento, tais como a revogação do PPCDAm (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia) logo no primeiro ano do governo Bolsonaro (2019), assim como a fragilização de órgãos ambientais como o Ibama e o ICMBio e a tentativa de flexibilização de leis ambientais (SEEG, 2021) e de direito de demarcação de terra indígena.

1.3 Revolução Verde e Agronegócio

Segundo dados do Atlas do Agronegócio a “conjuntura histórica e geopolítica colonial legou à América Latina a pior distribuição de terras em todo mundo: 51,19% das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais” (SANTOS; GLASS, 2018, p.14). No caso do Brasil, ocupamos o “5º lugar no ranking de desigualdade no acesso à terra (...) [tendo] 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades superiores a mil hectares – apenas 0.91% do total de imóveis rurais.” (SANTOS e GLASS, 2018, p 14).

Entretanto, se podemos atribuir as origens da desigualdade de posse de terras ao período colonial, é importante analisarmos como este processo se perpetuou mais recentemente através de ideias oriundas da chamada Revolução Verde, movimento originado nos Estados Unidos e importado para o Brasil entre 1960 e 1970 (em meio ao contexto da ditadura militar).

Segundo Silva (2015), desde a década de 60 houve um esforço deliberado empreendido pelo poder público brasileiro, por influências estadunidenses, e por empresas privadas (nacionais e internacionais) em criar um “imaginário econômico” que condicionasse “as mudanças econômicas e sociais no mundo rural brasileiro de forma favorável ao desenvolvimento do capitalismo agrário, porém reproduzindo antigas desigualdades sociais e políticas e criando outras novas.” (SILVA, 2015, p. 94)

A década de 1960 foi marcada por um processo significativo de mudanças econômicas. De um lado temos o processo de industrialização pelo qual passava o país, o que se refletia também no mundo rural a partir da introdução de novas tecnologias agrárias. Por outro lado, o enfraquecimento de antigas formas de exploração de dominação da força de trabalho rural, ocasionado em grande parte

pela organização política dos trabalhadores rurais. É neste contexto que surgem diversas iniciativas de sindicalização de trabalhadores rurais, assim como importantes movimentos sociais de contestação à exploração do trabalho no campo, como a Liga Campesina.

A partir destes movimentos sociais, apoiados por parte da intelectualidade brasileira e de uma importante rede de alianças de lideranças políticas, instituições de pesquisa e empresas, surge no país¹⁵ forte contestação a respeito da “questão agrária”, a qual colocava o latifúndio como o principal entrave para o desenvolvimento do campo. A pré-condição da transformação da estrutura agrária para a modernização do campo seria assim defendida por linhas “agro-reformistas”, desde as mais socialista até as mais liberais, em um contexto no qual:

O latifúndio era usualmente denunciado por seus efeitos sociais negativos, tanto para a emergência de uma cidadania no campo, em condições de igualdade com a urbana, quanto pela ineficácia econômica, devido ao baixo aproveitamento das terras e à precariedade das técnicas agrícolas. (SILVA, 2015, p. 96)

Entretanto, por mais significativos que tenham sido os movimentos de resistência, estes não foram capazes de impedir o desenvolvimento da concepção hegemônica que segue até os dias de hoje. Esta hegemonia, contudo, não deve ser naturalizada, de forma que possamos analisá-la a partir dos jogos de forças e interesses históricos, dentre os quais destacam-se o autoritarismo político e sua concepção de desenvolvimento industrial. Nos dizeres de Silva:

Esta hegemonia porém não pode ser atribuída a uma evolução puramente interna da teoria, mas às redes de relações políticas e científicas aí estabelecidas e aos aparatos técnico e econômicos mobilizados no período. Para tanto, o autoritarismo político do regime militar e sua concepção de desenvolvimento industrial foram decisivos. (2015, p. 96)

Nesta concepção de desenvolvimento, o latifúndio passaria então a ser compreendido não mais como entrave, mas como principal veículo de um ideal de industrialização e modernização baseado na:

capitalização das grandes propriedades como veículo para a modernização da agricultura, na capacidade de transformação decorrente da introdução de novas tecnologias agrícolas, no potencial de cálculo racional e de mercado dos fazendeiros e, por fim, na integração agricultura – indústria. (SILVA, 2015, p. 98).

¹⁵Tal movimento também ocorreu concomitantemente em outros países latino americanos (SILVA, 2015).

Surgia assim a figura do “agricultor empresário” em detrimento do pequeno produtor e da perspectiva de reforma agrária, o que aumentaria o fluxo migratório da população camponesa não proprietária de terras para os grandes centros urbanos (SILVA, 2015, p. 100). Para tanto, houve por parte do governo militar uma distribuição de crédito altamente seletiva, favorecendo o grande produtor a partir de um:

(...) `custeio`, que cobria a compra de fertilizantes, defensivos químicos, rações e sementes (e que perfazia quase metade do total de crédito), estimulando a indústria química e de sementes; a linha de `investimentos`, direcionada à compra de tratores e maquinário, que correspondia também aos esforços de substituição de importações na produção de bens de capital; e a linha de `comercialização` que favorecia o beneficiamento de produtos por agroindústrias e cooperativas (DELGADO, 1985 Apud SILVA, 2015, p. 100)

Desta forma, podemos observar que a criação e o estabelecimento desta realidade se deu a partir de uma série de políticas, investimentos e instituições. Além do papel do estado e de empresas brasileiras, também é importante destacar os investimentos norte americanos no país, os quais contribuíram para a introdução de ideários da Revolução Verde na formação acadêmica de diversas universidades brasileiras (SILVA, 2015).

Todos esses fatores ajudaram a estabelecer a hegemonia do modelo que prevalece até os dias de hoje, mesmo que o processo de democratização tenha aberto espaço para maior contestação deste modelo na esfera pública, possibilitando a defesa de outros imaginários como o da reforma agrária e o da agricultura familiar¹⁶. Segundo Maia, a opção pelo “ideal industrial” e a opção pela “grande agricultura especializada” permaneceram hegemônicas (SILVA, 2015, p. 100), sendo ainda hoje fortemente apoiadas pelo estado através de políticas de créditos.

Também a partir da democratização as redes de representação de grandes agricultores passaram a se organizar cada vez mais, sendo capazes de articular e defender seus interesses com o estado e outras cadeias (SILVA, 2015). A contribuição intelectual também seguiu presente, agora na defesa de uma economia globalizada, passando a operar com o conceito de *agribusiness*, e, como chamado

¹⁶ É neste contexto que surge, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

mais recentemente, o “agronegócio”, definido por Leite e Medeiros como o conjunto de “relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (...), comercial e de serviços” (LEITE; MEDEIROS, 2012, p.81).

Atualmente, é fácil constatarmos a permanência de grandes investimentos em propaganda do agronegócio. Grandes veículos de mídia disseminam a ideia de que o “Agro é Pop”. Porém este mesmo “Agro” é o principal responsável pelo desmatamento e pela poluição no país, demonstrando-se cada vez mais incapaz de atender as demandas básicas de alimentação da sociedade, tendo seus cultivos principais voltados para monoculturas de exportação como a soja, a cana de açúcar, o milho, o café e a carne bovina. Este fato fica evidente quando constatamos que mesmo o agronegócio tendo sido o único setor a crescer em meio a pandemia de covid-19¹⁷, o país tenha voltado recentemente ao triste mapa da fome¹⁸. Em contrapartida, de acordo com o último Censo Agropecuário realizado em 2017, a agricultura familiar¹⁹, mesmo recebendo menos incentivos e apoio de políticas públicas, ocupando menos terras, é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras²⁰.

Entender a construção deste modelo e dos agentes e interesses envolvidos nesse processo é de grande importância para desnaturalizar a situação atual, nos

¹⁷ Disponível em:

<https://www.canalrural.com.br/agronegocio/agro-e-unico-setor-da-economia-com-crescimento-na-pandemia-diz-ibge/> Acesso em: 18 jan 2022

¹⁸ Para maior detalhes ver Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN): http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf

¹⁹ A Agricultura Familiar é toda forma de cultivo de terra que é administrada por uma família e emprega como mão de obra os membros da mesma. A produção de alimentos acontece em pequenas propriedades de terra e se destina a subsistência do produtor rural e ao mercado interno do país (NEVES, 2012). Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária a “Agricultura Familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças.” Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1> Acesso em: 24 abr 2023

²⁰ Disponível em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1#:~:text=Agricultura%20Familiar%20%C3%A9%20a%20principal,%2C%20aquicultores%2C%20extrativistas%20e%20pescadores.> Acesso em: 30 març 2023

abrindo para a possibilidade de outras formas de existências que nos ajudem a construir realidades socialmente mais justas e sustentáveis.

1.4 Agroecologia, agriculturas sustentáveis, outras subjetividades possíveis?

Muito além de uma mudança de base técnica (mera substituição de agroquímicos por produtos livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos), a agroecologia deve ser compreendida como um movimento social e uma teoria crítica que busca lidar com a complexidade socioambiental da questão da agricultura e da soberania alimentar²¹. Nos dizeres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) trata-se de:

uma teoria crítica e um movimento social que se reforçam mutuamente a partir da sistematização, do aprimoramento e da disseminação do repertório de práticas sociais contra-hegemônicas, contribuindo para reconectar a agricultura nas dinâmicas dos ecossistemas e para reorganizar os sistemas agroalimentares para que respondam às aspirações atuais e demandas futuras da população por alimentos suficientes em qualidade e diversidade (ANA, 2017, p. 14).

Ao adotarmos tal referencial somos remetidos ao processo necessário para que tais transformações possam ocorrer, ou seja, a ideia de “transição agroecológica” (TA). Corporal e Costabeber (2004) definem este termo complexo e multifacetado como:

(...) um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 12).

A esta definição os autores incluem ainda que, por se tratar de um processo social, a TA:

²¹ Stedile e Carvalho definem Soberania Alimentar como “conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local (2012, p. 717).

implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 12).

Desta forma, é na busca por refletir sobre a importância da agricultura como forma de relação do ser humano com a natureza e com toda a complexidade envolvida neste campo que a agroecologia será abordada neste trabalho. Segundo Charbonnier (2022) “A agricultura é um dos domínios no qual as mutações éticas e práticas em relação à natureza são por sua vez as mais imperativas e as mais visíveis” (p. 300).

Ao contrário do que os ideais da Revolução Verde buscou nos fazer crer, as culturas camponesas tradicionais há muito tempo desenvolvem uma prática de grande importância e sofisticação. Desta forma, poderia se dizer que as origens da agroecologia remontam à própria origem da agricultura. Segundo o Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa:

Do ponto de vista histórico, podemos afirmar que a origem da Agroecologia é tão antiga quanto as origens da agricultura. O estudo das chamadas agriculturas tradicionais, indígenas ou camponesas, quando analisadas, revela sistemas agrícolas complexos e adaptados às condições locais, com agroecossistemas estrutural e funcionalmente muito similares às características dos ecossistemas naturais. Ou seja, revela estratégias adaptativas dos cultivos às variáveis ambientais em base a conhecimentos tradicionais gerados durante muitos ciclos produtivos, transmitido em gerações (EMBRAPA, 2006, p. 34 e 35).

A agroecologia como campo de conhecimento científico, contudo, só obteve contornos mais precisos recentemente. As origens deste campo podem ser associadas a movimentos de Agriculturas Alternativas que vêm se desenvolvendo desde o início do século 20, quando é introduzida pela primeira vez a prática de adubação com fertilizantes sintéticos (EMBRAPA, 2006). Tais movimentos, ao contrário, “valorizavam o uso da matéria orgânica e de outras práticas culturais favoráveis aos processos biológicos” (EHLERS, 1999, Apud: EMBRAPA, 2006, p. 32).

A denominação Agriculturas Ecológicas surge mais recentemente como forma de nomear a variedade de práticas que vinham sendo tratadas como Agriculturas Alternativas. Dentre elas podemos citar, por exemplo, a Agricultura

Natural, a Agricultura Orgânica, a Agricultura Biológica, a Agricultura Biodinâmica, e a Permacultura. No Brasil a Agricultura Ecológica começa a se desenvolver como oposição aos impactos ambientais a partir dos anos 1970 (culminando nos históricos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) em 1980). É também na década 1970 que são estabelecidos interesses comuns entre as disciplinas da Agronomia e da Ecologia, começando a surgir publicações usando o termo e o conceito de Agroecologia (EMBRAPA, 2006, p. 36).

Segundo Gliessman (GLIESSMAN, 2001, Apud: EMBRAPA, 2006, p. 36), a partir de 1980 a Agroecologia já havia emergido como:

(...) uma metodologia e uma estrutura básica conceitual distinta para o estudo de agroecossistemas. Este período teve fortes influências dos estudos sobre sistemas de cultivos e conhecimentos tradicionais em países em desenvolvimento, que passavam a ser conhecidos como exemplos importantes de manejo de agroecossistemas, ecologicamente fundamentados (p. 36).

O estabelecimento da Agroecologia como campo científico aponta ainda para uma forma de pensar ciência indissociada da forma como este conhecimento é produzido localmente. Ainda segundo o *Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa* (EMBRAPA, 2006), a agroecologia não deve ser pensada como uma técnica dada, algo a ser replicado, mas como uma experiência pensada a cada caso, acompanhando a singularidade de cada contexto, tanto em seus aspectos naturais como sociais, compreendendo-se que a agroecologia parte sempre de um fazer local.

Além disso, a agroecologia, ao propor abordar a multidimensionalidade de uma proposta socioambientalmente sustentável, é indissociável de questões e causas sociais como o racismo, o feminismo e a reforma agrária. O mote do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia em 2013 “sem feminismo, não há agroecologia”, nos mostra um exemplo da atenção dada a desigualdades de gênero dentro do movimento agroecológico e de agricultura familiar, denunciando “a invisibilidade do trabalho das mulheres nas áreas rurais, a sobrecarga de trabalho doméstico, o apagamento e a apropriação dos saberes produzidos por mulheres” (COSTA, 2019, p. 159).

Ao valorizar a Agricultura Camponesa e Familiar em oposição à lógica latifundiária do agronegócio, a agroecologia se defronta não apenas com os desafios

de uma sociedade marcada por questões econômicas, como também por uma certa forma de produção subjetiva. Segundo Guattari, "é a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade" (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 21). Desta forma acompanhamos ainda Charbonnier (2022), para quem "o mundo agrícola se torna um lugar de experimentação que permitem observar e compreender as mudanças das normas sociais em curso" (CHARBONNIER, 2022, p. 301).

Desta forma pensar a agroecologia envolve pensar mudanças de paradigmas complexos. Podemos pensar tal desafio a partir do que Guattari chamou de ecosofia, como busca por articular uma política-ética que envolva três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana (GUATTARI, 1990).

Em meio a estes desafios, a agroecologia representa uma valorização de modos de vida e de questões sociais e subjetivas locais, sem desconsiderar a importância de responder aos desafios de sustentabilidade global. Recentemente a Assembleia Geral das Nações Unidas produziu um relatório destacando a viabilidade e os benefícios da agroecologia como prática global (SCHUTTER, 2012). No Brasil, desde 2013 foi lançado um Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). No entanto, tanto o país como o mundo ainda estão distantes desta realidade, o que nos leva a atentar para a importância da questão da TA.

Especificamente no caso deste trabalho, em um esforço de conhecer e acompanhar algumas das práticas que ocorrem em Lumiar, São Pedro da Serra e entorno, é feita uma pesquisa cartográfica sobre processos de TA. Tal pesquisa tem interesse em acompanhar e se envolver com tal processo de forma a considerar sua dimensão psicossocial, o que nos levou a indagação sobre os afetos e motivações presentes. Para tanto nos apoiaremos nas concepções de Deleuze e Guattari sobre o tema.

1.5 Afetos

Como parte da tarefa de acompanhar a multiplicidade de elementos de um processo de TA nos ateremos agora à questão dos afetos formadores destas

conexões. Nesse sentido, é proposta deste trabalho pesquisar sobre o que move os diferentes elementos dentro de um processo de TA, assim como a maneira como estes se vinculam e se compõe mutuamente.

É importante dizer, entretanto, que não partiremos de um entendimento dos afetos tais quais sentimentos individuais, ao contrário, estes serão compreendidos como elementos pré individuais, que antecedem a própria noção de individualidade. Trata-se de uma abordagem não essencialista que considera a ideia de indivíduo não como pré existente aos encontros, mas sim como fruto destes.

Esta é uma concepção desenvolvida a partir da teoria de Deleuze e Guattari (DELEUZE, 2019; DELEUZE; GUATTARI, 1996) apoiada no pensamento do filósofo Spinoza, para quem um corpo deverá sempre ser entendido, não como uma essência independente do mundo, mas a partir de sua capacidade de ser afetado por outros corpos. Como nos diz Deleuze em uma aula transcrita sobre a questão do afeto em Spinoza:

Voltamos a dizer que cada coisa, corpo ou alma, se define por uma certa relação característica, complexa, mas eu também havia dito que cada coisa, corpo ou alma, se define por um certo poder de ser afetado. Tudo se passa como se cada um de nós tivesse um certo poder de ser afetado. Se vocês considerarem as bestas, Spinoza será taxativo ao dizer-nos que o que conta nos animais não são os gêneros ou as espécies; os gêneros e as espécies são as noções absolutamente confusas, são as idéias abstratas. O que conta é: de que é capaz um corpo ? (...) Ora, um corpo deve ser definido pelo conjunto das relações que o compõem, ou, o que vem a ser exatamente o mesmo, pelo seu poder de ser afetado (DELEUZE, 2019, p. 52)

Esta análise inclui corpos de várias formas e espécies, não apenas humanos, entendendo que corpo aqui se refere a qualquer ser, objeto ou até mesmo ideia, leis, tecnologias que sejam capazes de afetar e serem afetados por outros corpos.

Cabe assim a interrogação sobre como um corpo pode ou não escolher sobre os afetos pelos quais é afetado. Para Deleuze e Guattari (1996; DELEUZE, 2019; READ, 2014) tal questão nos remete, necessariamente, para a questão política envolvida na formação destes afetos dado que, além de pré individuais, estes seriam transindividuais, sempre fruto de uma composição social que transborda em muito uma individualidade única. Para os autores, portanto, “tudo é político, mas toda a política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 99).

A questão da macro (molar) e da micropolítica (molecular) para estes pensadores aparecem como interdependentes e indissociáveis. Seguindo nesse raciocínio, por exemplo, na questão das percepções e sentimentos:

sua organização molar, sua segmentaridade dura, não impede todo um mundo de microperceptos inconscientes, de segmentações finas, que não captam e não sentem as mesmas coisas, que se distribuem de outro modo, que operam de outro modo. Uma micropolítica da percepção, da afecção, da conversa, etc.” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 99)

Desta forma podemos pensar que toda formação molar que atravessa a sociedade, tal qual leis, condicionamentos morais e de ideias tem influências nas percepções moleculares. Por outro lado há sempre a possibilidade de que haja “linhas de fuga” destas linhas duras, criando disrupções a nível do que Deleuze e Guattari chamam de micropolítica (DELEUZE; GUATTARI, 1996,).

Jason Read (2014) nos ajuda a entender como o conceito de afeto se desenvolve ao longo da obra de Deleuze e Guattari. Em um primeiro momento o autor destaca as elaborações feitas em *O Anti-Édipo* onde o termo “afeto” aparece de forma indireta e onde é apresentada uma crítica à forma como a estrutura edipiana se impunha a todo e qualquer processo subjetivo, alienando os indivíduos sobre a formação histórica e social de seus desejos e condicionando-os a concepções de paixões individuais e familiares. Desta forma teríamos um aprisionamento das produções desejantes em suas multiplicidades a partir de uma ideia de representação baseada em conflitos e códigos da família, “os afetos perderam sua intensidade, sua produtividade e multiplicidade, para se enraizar na família, para se tornarem representações do mundo ao invés de sua produção”.²² (READ, 2014, p.114)

Já a partir da obra *Mil Platôs*, segundo Read (2014, vemos como o conceito deixa de estar voltado para a questão edípica e ganha novos contornos, passando a ser pensado a partir da ideia de aparelhos de captura. Tais aparelhos reduziram as diferenças à semelhanças, submetendo-as aos mesmos padrões e regras, produzindo homogeneidades e tornando todas as coisas intercambiáveis entre si.

Pode-se dizer que a ideia de “produção” em *O Anti-Édipo*, inicialmente pensada como interdita em sua capacidade desejante pela questão edípica,

²² Tradução livre: Affects have lost their intensity, their productivity and multiplicity, to become grounded in the family, to become representations of the world rather than its production.

possui convergências com o conceito de “devir” em *Mil platôs* como busca de descrever a possibilidade de processos de ruptura capazes de liberar as diferenças em suas singularidades (VIVEIROS DE CASTRO, apud READ, 2014). Trata-se de relações não orientadas por identidades em comum e que possibilitam transformações que não se dão entre identidades discerníveis e hierarquicamente estabelecidas.

Assim, o devir se daria a partir de estranhas alianças, nas palavras de Read (2014): “os devires são alianças, mas alianças estranhas que não constituem nem semelhança nem identidade”²³ (p. 119). Tais alianças teriam o poder de desfazer supostas hierarquias desafiando as próprias concepções de identidades pertencentes a estas, “hierarquias que colocam os homens acima das mulheres, os humanos acima dos animais, desfazendo-os ao desafiar a própria identidade do homem e da mulher, do homem e do animal.”²⁴ (READ, 2014, p. 119).

Encontramos assim duas formas de se pensar os afetos em Deleuze e Guattari. A primeira ligada à história dos afetos, às “abstrações que governam a vida e as codificações que constituem sua experiência, enquanto a segunda postula os afetos em termos de seus devires intempestivos que excedem a determinação histórica”²⁵ (READ, 2014, p. 124). Ambas são necessárias não apenas para analisarmos criticamente o momento presente, mas para, em última análise, transformá-lo.

1.6 Cosmopolítica entre paisagens contaminadas

Em consonância com a abordagem Deleuziana e Guattariana sobre a questão dos afetos, esta pesquisa buscará dialogar com o que Isabelle Stenger chamou de proposição cosmopolítica (STENGERS, 2018) e sobre a ideia de contaminações proposta por Anna Tsing (2022)

Iniciando pelas considerações sobre a cosmopolítica de Stengers, é importante se dizer que esta não se propõe nos dizer o que se fazer a partir de tais e

²³ Tradução livre: Becomings are alliances, but strange alliances that constitute neither resemblance nor identity.

²⁴ Tradução livre: “hierarchies that place men above women, humans above animals, undoing them by challenging the very identity of man and woman, human and animal.

²⁵ Tradução livre: (...) abstractions that govern life and the codings that constitute its experience, while the second posits affects in terms of their untimely be- comings that exceed historical determination.

quais procedimentos, mas sim, uma abertura às incertezas, a “proposição cosmopolítica, portanto, nada tem a ver com um programa, mas, muito mais com a passagem de um pavor, que faz balbuciar as seguranças” (STENGERS, 2018, p. 447). Parte-se de uma estratégia de desaceleração do raciocínio para que se possa acompanhar a complexidade dos múltiplos mundos que possam atravessar o campo de pesquisa sem que estes sejam simplificados em nome da busca de sentido.

A ideia de Cosmopolítica (STENGERS, 2018) apresentada, no entanto, como nos esclarece a autora, nada tem haver com o que Immanuel Kant propôs com o mesmo termo. Segundo Stengers, para Kant, a cosmopolítica seria um projeto pacificador, “um projeto de tipo político no âmbito de uma ‘Paz perpétua’, na qual cada um `se pensaria como um membro integral da sociedade civil mundial em conformidade ao direito dos cidadãos`” (STENGERS, 2018, p. 443). A proposição de Stengers, ao contrário de uma proposta pacificadora, traz à luz as divergências e multiplicidades contidas na ideia de cosmos e mundos diversos.

(...) o cosmos, tal qual ele figura nesse termo, cosmopolítico, designa o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, articulações das quais eles poderiam se tornar capazes, contra a tentação de uma paz que se pretenderia final, ecumênica, no sentido de que uma transcendência teria o poder de requerer daquele que é divergente que se reconheça como uma expressão apenas particular do que constitui o ponto de convergência de todos (STENGERS, 2018, p 447).

Isso nos permitirá estar atentos para os diferentes mundos constatados durante o trabalho de campo e o risco de anularmos suas diferenças em nome de respostas generalizantes de universais calcados em monoculturas de ideias. De forma oposta, interessou a essa pesquisa conhecer realidades heterogêneas às quais a questão da transição para uma agricultura agroecológica se coloque, sem a pretensão de torná-las equivalentes entre si.

Estas realidades são compostas por modos de vida das pessoas nativas - ou seja, que nasceram e habitam a região há gerações -, e daqueles vindos de fora, que passaram a habitar a região a partir da década de 1970, muitos vindos de áreas urbanas, conhecidos como os neorrurais. Essa heterogeneidade também está refletida nas diferentes técnicas agrícolas utilizadas, como a convencional²⁶ (apoiada

²⁶ O termo “agricultura convencional” foi utilizado como sinônimo da modalidade agrícola hegemônica desde a Revolução Verde (1960), marcada pela introdução de tecnologias como a utilização de agrotóxicos, mecanização da força de trabalho e utilização de sementes geneticamente modificadas.

na utilização de agroquímicos), tradicional (utilizada anteriormente a chegada dos pacotes tecnológicos) e uma perspectiva agroecológica que propõe uma agricultura socioambientalmente sustentável nos dias atuais e que dê conta da demanda de soberania alimentar.

É importante ressaltar que os humanos não são os únicos agentes responsáveis pelo desenvolvimento das roças, hortas e pomares. A agência das sementes, do adubo com os microorganismos, pássaros, abelhas, entre outros animais, assim como a matéria orgânica, elementos como o vento, e a chuva também são responsáveis pelo crescimento daquilo que servirá de alimento e fazem parte fundamental de um verdadeiro emaranhado multiespécie (TSING, 2019) que compõe a interação entre humanos e não-humanos.

Todos estes agentes ajudam a compor o que Anna Tsing (2022) chama de paisagem contaminada. Em seus estudos sobre o cogumelo Matsutake, a pesquisadora nos convida a acompanhar a complexidade das relações entre diversos elementos que ajudam a compor determinadas paisagens. Nesses estudos, Tsing salienta o caráter de contaminação daquilo que a princípio estamos acostumados a pensar como uma natureza pura e autônoma da ação humana. Seu estudo nos ajuda a pensar como diversos elementos históricos se entrelaçam com acontecimentos não intencionais, como, por exemplo, as políticas de conservação florestal que em locais como Estados Unidos e Japão ajudaram a criar as condições onde o cogumelo Matsutake pudesse prosperar²⁷. Desta forma, a autora salienta a importância de se notar a formação de encontros de elementos diversos, que se dão a partir de sua condição de precariedade, e de acompanhar como a partir destes é possível ou não conquistar a sobrevivência.

Tal precariedade seria assim um estado de reconhecimento de nossa vulnerabilidade aos outros, um estado que nos abre para encontros imprevisíveis, que nos transformam.

A precariedade é a condição de estarmos vulneráveis aos outros. Os encontros imprevisíveis nos transformam; não estamos no controle, nem de nós mesmos. Incapazes de contar com uma estrutura estável de comunidade, somos jogados em agenciamentos instáveis, que nos refazem e também transformam nossos outros. Não podemos confiar no *status quo*; tudo está em fluxo, incluindo nossa capacidade de sobreviver. Pensar a partir de precariedades muda a análise social. Um mundo precário é um

²⁷ A ideia de uma natureza contaminada corrobora ainda com os já citados estudos que revelam a participação histórica dos indígenas na construção do que hoje se conhece como floresta amazônica (LOPES, 2017).

mundo sem teologia. A indeterminação – a natureza não planejada do tempo – é assustadora, mas pensar a partir de precariedade evidencia que a indeterminação também torna a vida possível. (TSING, 2022, p. 64)

Esta seria assim a aposta da autora para pensarmos em possíveis formas de sobrevivência e na alteridade que esta implica, nos sujeitando à indeterminação das transformações de si e dos outros. Tanto o termo “contaminação” como “precariedade” buscam se opor ao ideal de autossuficiência moderno, apontando para a importância da colaboração como trabalho por meio das diferenças (TSING, 2022)²⁸.

O modelo hegemônico moderno, em oposição a ideia de colaboração, segue guiado pelo que Tsing (2022) chama de escalabilidade, modelo forjado e inaugurado a partir das *plantations* europeias do século XVI e XVII. Esta seria a forma como projetos poderiam ser expandidos sem a necessidade de mudanças, sem a abertura a encontros indeterminados. Esta lógica, presente desde o modelo de exploração agrícola colonial, foi capaz de moldar o processo de modernização capitalista até os dias de hoje, um processo marcado pela busca de expansão, alienação e intercambialidade. Tsing (2021) aqui corrobora com o termo alienação usado por Marx enquanto separação entre o trabalhador e o processos produtivos, bem como estes e os outros trabalhadores, mas o expande, para pensar a separação de humanos e não humanos de seus modos de vida.

Da mesma forma que os trabalhadores escravizados vindos da África eram alienados do valor de seu trabalhos e possuíam pouca relação com o território (o que dificultava as possibilidades de fuga), a cana de açúcar, original da Nova Guiné, era plantada nas colônias portuguesas como o Brasil, a partir de clones feitos de

²⁸ Cabe aqui uma reflexão crítica sobre o uso de tais termos (“precariedade” e “contaminação”) para diferentes realidades sociais. A “precariedade” contida na realidade econômica e social do Sul Global, por exemplo, não deve ser entendida da mesma forma que Tsing propõe o termo, sobre o risco de naturalizar-se tal situação. Assim como a “contaminação” pelo uso de agrotóxico ou pela ação colonizadora não deve ser naturalizada. A autora parte da ideia de um “mundo em ruínas” como realidade posta, estimulando acompanharmos os modos de sobrevivência possíveis. Considero importante salientar que tal estratégia não pode estar desligada de uma crítica a este modelo capitalista de mundo em que vivemos e a crença na possibilidade de transformá-lo. Felizmente acredito que a agroecologia seja capaz desse duplo movimento, utilizando-se do reconhecimento da necessidade de colaboração entre todos os seres como forma propositiva de mudanças sociais radicais. Colocando a questão de forma prática: Tsing busca conhecer e descrever a história de sobrevivência dos cogumelos Matsutake acreditando que estes poderiam nos ensinar modos de vida colaborativos com outras espécies. A agroecologia, por sua vez, busca conhecer a história de sobrevivência de todo o complexo de seres envolvidos na soberania alimentar e preservação ambiental, atuando, a partir disso, ativamente sobre tal realidade.

pedaços de cana enfiados no chão e tinham poucas relações com outras espécies. Nesse cenário, humanos e não humanos eram mantidos isolados e autocontidos, arrancados de seus contextos, transformados em mão-de-obra abstrata capazes de serem levados de um local ao outro sem aparente modificações.

O projeto foi, pela primeira vez, escalável – ou, mais precisamente, aparentava ser escalável. As plantações de cana-de-açúcar se expandiram e se espalharam pelas regiões quentes do mundo. Seus componentes contingentes (plantio colonial, trabalho forçado, território conquistado e, portanto, aberto) mostram como a alienação, a intercambialidade e a expansão poderiam levar à obtenção de lucros sem precedentes. Essa fórmula moldou os sonhos que passamos a chamar de progresso e modernidade. (...) as plantações de cana-de-açúcar serviram de modelos para as fábricas da era industrial; ao estilo das plantações, as fábricas incluíram em seu projeto o elemento da alienação. O sucesso da expansão por meio da escalabilidade moldou o processo de modernização capitalista. Ao perceber cada vez o mundo através das lentes da *plantations*, os investidores conceberam todos os tipos de novas mercadorias. Logo eles propuseram que tudo na Terra – e além – poderia ser escalável e, portanto, passível de ser comercializado nos valores de mercado. Esse era o utilitarismo, que acabou se consolidando enquanto economia moderna e contribuiu para forjar mais escalabilidade – ou pelo menos sua aparência. (TSING, 2021, p. 89)

Como pudemos ver anteriormente, o agronegócio segue acompanhando essa lógica de expansão escalonável, caracterizado por uma monocultura autocontida que aliena tanto seus agentes humanos quanto seus agentes não humanos. A aposta em iniciativas capazes de gerar diversidade, contudo, vem da constatação de que “a pureza não é uma opção” (TSING, 2021). Mesmo que estas contaminações venham de histórias de colonialismo e imperialismo, Tsing (2021) nos convoca a redirecionar a nossa atenção a projetos de fazer mundos que emergem em um mundo em ruínas. Desta forma, este trabalho segue a proposta de exercitarmos a “arte de notar” (TSING, 2021) , nos abrindo para os encontros que tornem a vida possível.

Capítulo 2. Cartografia enquanto campo teórico metodológico

Neste capítulo será apresentada a cartografia como orientação teórico metodológica deste trabalho. Como será argumentado, muito além de um conjunto de técnicas, a cartografia abrange o pesquisar como um fazer implicado que se traduz nas diversas etapas de seu desenvolvimento.

2.1 Cartografia como arte de acompanhar processos

O conceito de cartografia tal qual apresentado por Gilles Deleuze e Félix Guattari na Introdução de *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1996) vem sendo utilizado e desenvolvido como metodologia por diversos pesquisadores brasileiros e grupos de estudos (PASSOS *et al.*, 2015). Desde o trabalho de Suely Rolnik em parceria com o próprio Félix Guattari em sua visita ao Brasil (GUATTARI; ROLNIK, 2013), este método já foi utilizado para a produção de conhecimento em diversas áreas como saúde, educação, cultura, entre outros.

A conceitualização teórica que embasa este método recai sobre o próprio significado da palavra método. Para Passos *et al.* (2015), na Cartografia inverte-se o sentido tradicional presente na etimologia da palavra metodologia: *metá-hódos*, para *hódos-metá*, de forma que, o *hódos* (caminho, direção) venha antes de *metá* (reflexão, raciocínio, verdade). “Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude” (Passos *et al.*, 2015, p. 10,11).

Neste sentido, a cartografia nos permite acompanhar processos mais do que a pretensão de representá-los em sua totalidade. Não se busca dar conta de um determinado assunto de forma representativa, ou seja, como realidade fechada em si, independente de seu contexto, mas sim, entendê-lo como um plano de forças (KASTRUP; PASSOS, 2014). Dessa maneira, é necessário que o pesquisador esteja aberto à heterogeneidade do campo com o qual pretende trabalhar. Como dizem Kastrup e Passos “no contexto do método da cartografia, dizemos que é preciso “traçar um plano comum”, sem o qual a pesquisa não acontece.” (KASTRUP e PASSOS, 2014, p. 264). Entretanto, diferente do que pode parecer, o “comum” aqui não é entendido como o campo do homogêneo, pelo contrário, seria desastroso negarmos a importância do heterogêneo. Ainda segundo os autores:

O plano comum que se traça na pesquisa cartográfica não pode, de modo algum, ser entendido como homogeneidade ou abrandamento das diferenças entre os participantes da investigação (sujeitos e coisas). Como pensar, então, o comum na diferença? Como pensar o plano do comum do heterogêneo? (KASTRUP; PASSOS, 2014, p. 265).

Tais indagações representam tanto os desafios como a potência do trabalho cartográfico. Compor com um plano comum para a cartografia faz menção a uma forma de produzir conhecimento indissociável de sua processualidade em meio a um fazer que se abra as alteridades. Nesta perspectiva, o ato de conhecer torna-se inseparável do desafio de compor e criar junto ao que é diferente, compreendendo que estamos diante de “uma dimensão da realidade em que ela se apresenta como processo de criação, como *poiesis*, o que faz com que, em um mesmo movimento, conhecê-la seja participar de seu processo de construção.” (KASTRUP; PASSOS, 2014, p. 264). Ao conceber o ato de conhecer como conectado ao ato de criar somos remetidos à dimensão ética e política do processo de pesquisa, de tal forma, a pessoa pesquisadora precisa se comprometer e se implicar na realidade com a qual pretende ser cocriadora, se indagando sobre o sentido e o significado da produção de seu trabalho.

Estando a pesquisa conectada com este *ethos* cartográfico, a sua aplicação não está presa a um modelo restrito, permitindo, desde que se mantenha o objetivo de se acompanhar processos e não realidades já consolidadas, o uso de diferentes ferramentas e estratégias. No caso deste trabalho, os principais procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão bibliográfica, entrevistas em profundidade gravadas em áudio e transcritas posteriormente, registros de relatos de vida, observação das dinâmicas locais cotidianas e pesquisa de dados e de documentos em órgãos públicos e sites. Além disso, foram feitos registros de imagens (fotos) do campo pesquisado.

Tanto a proposta de entrevista como o diário de campo estão em consonância com o *ethos* cartográfico. Sobre o diário de campo, Barros e Kastrup (2009) nos dizem que este contém tanto informações precisas quanto aquilo que pode não estar nítido em um primeiro momento, nos abrindo para a possibilidade de captarmos algo do plano intensivo das forças e afetos :

Para a pesquisa cartográfica são feitos relatos regulares, após as visitas e as atividades, que reúnem tanto informações objetivas quanto impressões

que emergem no encontro com o campo. Os relatos contêm informações precisas – o dia da atividade, qual foi ela, quem estava presente, quem era responsável, comportando também uma descrição mais ou menos detalhada – e contêm também impressões e informações menos nítidas, que vêm a ser precisadas e explicitadas posteriormente. Esses relatos não se baseiam em opiniões, interpretações ou análises objetivas, mas buscam, sobretudo, captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos. (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 70)

No caso da entrevista, se considera tanto a importância do que é dito enquanto ato de se dizer - sendo o ato uma performance criadora de mundos- , bem como a importância daquilo que subjaz ao que é dito. Como nos diz Tedesco, Sade e Caliman:

A entrevista na cartografia não visa exclusivamente a informação, isto é, o conteúdo do dito, e sim o acesso à experiência em suas duas dimensões, de forma e de forças, de modo que a fala seja acompanhada como emergência na/da experiência e não como representação (TEDESCO *et al.*, 2014, p. 303).

Dito isso, o manejo da entrevista deve privilegiar a experiência construída nas falas, isto é, “prioriza a experiência da entrevista em detrimento da entrevista sobre uma experiência” (TEDESCO *et al.*, 2014, p. 307). Desta forma, pensamos a entrevista como experiência compartilhada do dizer. Esse caráter compartilhado nos remete de novo para os desafios de se traçar um plano comum com a pesquisa, ou seja, acessar um plano de processualidades, buscando articular, conectar e agenciar a diversidade existente. Como pensar o comum nas diferenças em meio ao ato de entrevistar? Como não influenciar o entrevistado com as nossas expectativas? Como estar aberto a uma experiência que não se encontra como dada apenas pela linguagem? Essas são perguntas férteis e importantes de serem mantidas durante o processo de pesquisa.

Além disso, é importante nos questionarmos ainda sobre a responsabilidade e autenticidade daquilo que, do campo, será analisado e transformado em texto escrito. Esta questão se torna ainda mais complexa quando propomos cartografar algo subjetivo como “afetos”. Para pensar esse desafio Kastrup e Passos (2014) propõe a equiparação com a questão da tradução: estaria o tradutor sendo fiel ao que se traduz? A tradução é uma traição? Haveria como ser feita de forma isenta?

O acesso a semióticas singulares e o traçado de um plano comum configuram um problema de tradução (...) os problemas com que estamos às voltas são próximos daqueles que são colocados pelos próprios tradutores. A tradução pode ser fiel? Não estaria inevitavelmente sujeita a

distorções? Não seria uma forma de traição? Quando traduzimos estamos somente revelando uma realidade ou estamos projetando nossa própria realidade? (KASTRUP, PASSOS, 2014, p. 274).

Para os pesquisadores, tais interrogações costumam ser respondidas de duas formas opostas e simplistas. Na primeira acredita-se numa suposta tradução que dê conta de uma realidade preexistente, tal qual o discurso hegemônico científico. Na segunda pressupõe-se uma compreensão subjetivista e relativista daquilo que pretendemos traduzir. Respondendo à primeira tendência, diríamos que não há uma língua universal que poderia servir como ponte entre duas supostas línguas, o hiato será sempre irreduzível, de forma que podemos pensar que “a tradução é mais precisamente uma zona de aventura” (KASTRUP; PASSOS, 2014, p. 274). Quanto à segunda tendência, a aposta dos autores se dá na produção daquilo que eles chamam de “equivalências”. Produzir equivalências não seria traçar correspondências, analogias e semelhanças, mas sim produzir uma certa sintonia no plano das forças. Este seria um processo que poderia ou deveria passar por formulações e transformações até ser capaz de, em algum momento, tomar o lugar daquilo que se pretende traduzir, guardando assim o seu sentido e desempenhando seu papel (KASTRUP; PASSOS, 2014, p. 275). Certamente não estamos livres de incorrer em erros e equívocos, todavia, segundo Kastrup e Passos, apoiados em François Jullien, o pior seria cairmos na indiferença às diferenças ou na tentação de tomá-las como coisas exóticas (KASTRUP; PASSOS, 2014, p. 275).

Ainda na busca de descrever esse processo de tradução, Kastrup e Passos (2014) trazem os exemplos do encontro com uma obra de arte, uma memória involuntária, a prática de meditação e a clínica psicológica. Todas essas ações seriam responsáveis “por movimentar sensações difusas, difíceis de descrever, mas ao mesmo tempo intensas e singulares” (KASTRUP; PASSOS, 2014, p. 275). Esta seria uma forma de entrar em contato com “uma dimensão concreta, corporificada e pré-discursiva que, de direito, todas as experiências possuem”(KASTRUP; PASSOS, 2014, p. 275), permitindo adentrar o campo das subjetividades e dos afetos, campo que, exigirá do pesquisador uma tipo de atenção especial.

Tal qualidade de atenção é comparada por Kastrup, entre outros exemplos, com o que Freud chamou em seu texto *Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise* (1912/1969) (KASTRUP, 2009) de “atenção flutuante”. Tal técnica

propõe que não se fixe a atenção em apenas uma questão buscando assim uma atenção “uniformemente suspensa” (KASTRUP, 2009). Isto seria importante para o psicanalista dado que “ao efetuar a seleção e seguir suas expectativas, estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe; e, se seguir as inclinações, certamente falsificará o que possa perceber” (FREUD, 1912/1969, p. 150. Apud: KASTRUP, 2009, p. 16).

À semelhança da técnica proposta por Freud, a atenção cartográfica também visa a “suspensão de inclinações e expectativas do eu” (KASTRUP, 2009, p. 16), que permite ao pesquisador se abrir ao novo. Além disso, ao contrário da “atenção seletiva”, a “atenção flutuante” permite ao pesquisador entrar em contato com conteúdos que não necessariamente formam um texto coerente à disposição da consciência, mas que surgem como desconexos e caóticos. Conteúdos esses que integram a subjetividade e os afetos e que interessam a esta pesquisa.

2.2 Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica nesta pesquisa não se restringiu à busca em plataformas acadêmicas. Seguindo o *ethos* cartográfico a procura por bibliografias se deu no processo desta pesquisa. Tal levantamento foi feito a partir da rede de conexões tecidas durante esta investigação, contando com o apoio de diversos colaboradores que, seja indicando ou produzindo pesquisas acadêmicas na região, contribuíram com o levantamento de informações.

Uma das primeiras referências sobre o histórico da região a qual tive acesso, foram os trabalhos de José Mayer (MAYER, 2003, 2006). Mayer foi companheiro de Zelma, organizadora da Tenda Solidária de São Pedro da Serra durante o ano de 2021, da qual participei como voluntário. Tal iniciativa distribuía cestas básicas para pessoas de baixa renda e só era possível graças à luta por recursos e organização de Zelma, garantindo ajuda a muitas famílias em um período crítico de pandemia. Foi a partir desse feliz encontro que conheci o trabalho de seu falecido marido, historiador e amante da região, abrindo o meu caminho para leituras sobre a história de Nova Friburgo, Lúmiar e São Pedro da Serra.

Em relação às referências sobre agricultura local e agroecologia, agradeço a

Lia Caldas, fundadora da Casa dos Saberes, instituição situada em São Pedro da Serra que há anos incentiva projetos voltados à educação, cultura, agroecologia, turismo entre outros. A partir de conversas, pude compreender mais sobre o contexto local, além de conhecer a regional de agroecologia Serrana Leste²⁹, da qual passei a participar. Lia me indicou leituras como *Embrapa, Marco referencial em Agroecologia* (EMBRAPA, 2006) que me serviram de base para uma apresentação teórica da agroecologia.

Em minha jornada por informação e conexões com pessoas ligadas à agroecologia local conheci Gabriela, feirante da Alumiar, feira sobre a qual produzi um trabalho de dissertação (FONSECA, 2018). Sua pesquisa me mostrou a importância desta feira enquanto iniciativa agroecológica da região.

Outro feliz encontro foi Mila, agrônoma de formação, que atualmente pesquisa sobre o turismo ecológico da região e que me indicou uma série de referências acadêmicas locais. Entre estas referências estão os trabalhos de Carneiro e de Palm que muito me ajudaram a conhecer o histórico dos modos de vida locais e sua relação com a agricultura. Como exemplo destes trabalhos destaco *Modos de vida de Agricultores de montanhas: Um estudo de caso de São Pedro da Serra* (CARNEIRO; PALM, 2016) e *Agricultores e território: práticas e saberes* (CARNEIRO *et al.*, 2010), ambos de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho. Destaco por último a tese de doutorado de Juliano Palm sobre transição agroecológica em Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis (PALM, 2021), a qual foi de fundamental importância para compreensão de minha pesquisa dentro um contexto mais amplo.

2.3 Questionamentos prévios e primeiros passos

Inicialmente foi feito um trabalho de identificação de produtores rurais da região envolvidos em um processo de transição agroecológica. A identificação desses sujeitos foi feita a partir da rede de indicação criada a partir de meu envolvimento com o campo. Identificados os sujeitos foi explicado o propósito e o

²⁹ Lia é uma das coordenadoras da Serrana Leste. Além disso, desenvolveu um importante trabalho de turismo ecológico chamado Altos da Serra Mar. Este trabalho foi desenvolvido junto com sua dissertação de mestrado: CALDAS, 2014.

procedimento do trabalho e perguntado se havia disponibilidade em participar de entrevistas e visitas aos locais de produção destes agricultores.

Para as entrevistas utilizei um gravador de voz, além de um diário de campo, e registros fotográficos do local de produção destes agricultores. Tanto estes registros como as entrevistas foram condicionadas ao consentimento dos sujeitos desta pesquisa, oficializados a partir do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE). Além disso, esta pesquisa conta com a aprovação do comitê de ética de pesquisa da Plataforma Brasil.

Algumas questões ajudaram a iniciar as entrevistas, como: nome, idade, há quanto tempo reside no local e qual tipo de atividade agrícola exerce. Estes dados serviram como auxílio na tarefa de identificar características gerais dos sujeitos pesquisados. Além disso, parti de algumas perguntas chaves, em uma espécie de modelo semi-estruturado, tais quais:

- 1) Qual a motivação para tais sujeitos ou coletivos optarem pela busca de uma agricultura de base agroecológica?
- 2) Quais arranjos (relações entre diferentes elementos) estão sendo possíveis para efetivação destas práticas?
- 3) Como estes sujeitos ou coletivos pensam um processo de TA, ligado à mudança de paradigma local para uma agricultura sustentável e como se inserem em meio a este?
- 4) Quais os principais desafios ou impedimentos que estes sujeitos ou coletivos encontram para uma TA?

2.4 Cultivo e produção de dados

A análise de dados, feita a partir de uma abordagem cartográfica, é desenvolvida por Barros e Barros em “O problema da análise em pesquisa cartográfica” (2014). Para as autoras, a cartografia não corrobora com uma idealização de ciência supostamente neutra e distante, onde a objetividade se distingue da subjetividade e o sujeito-pesquisador dos objetos estudados.

O entendimento habitual acerca da objetividade (e da subjetividade) está baseado nas experiências cotidianas nas quais sujeito e objeto nos surgem

como separados um do outro. A cartografia, no entanto, volta-se à dimensão genética dessas experiências, acompanhando o estabelecimento dessas fronteiras entre sujeito e objeto, diferentes a cada vez. Ao fazê-lo, a cartografia lança luz sobre processos em que sujeito e objeto definem-se mutuamente, um em função do outro (BARROS; BARROS, 2014, p. 374)

Ao se interessar pelo caráter processual e genético de coemergência entre sujeito e objeto, a cartografia se propõe a uma análise de dados de uma realidade que não pode ser pensada separada da ação de pesquisar. Nesse sentido, mais do que “coleta” de dados, podemos dizer que a cartografia produz um “cultivo” de dados (BARROS; BARROS, 2014, p. 378).

A coemergência entre pesquisado e pesquisador surge através de uma experiência que afeta tanto um quanto o outro. Neste sentido, se entende que o ato de analisar em Cartografia se aproxima da dimensão clínica ao privilegiar “os processos criadores que possibilitam reposicionamento subjetivo.” (BARROS; BARROS, 2014, p. 377).

Tal atitude, contudo, não deve ser pensada como uma defesa do subjetivismo. Considerar, em meio à experiência, a subjetividade como mais originária, já nos remeteria a um corte entre sujeito e objeto. Segundo Barros e Barros (2014), na cartografia “não há nem um sujeito originário, produzindo realidades arbitrariamente, nem objetos a serem subjetivamente apreendidos, sob a forma de representações ou deturpações de dados existentes por si mesmos.” (p. 379). Neste sentido podemos dizer que “a objetividade, aqui, é a da própria experiência em seu aspecto criador.” (BARROS ; BARROS, 2014, p. 379).

A partir destas considerações, entende-se que a análise não poderá ser vista apenas como uma etapa posterior do trabalho de campo, sendo coextensiva a todo seu processo. Desta forma, “a atitude de análise acompanha todo o processo, permitindo que essa compreensão inicial passe por transformações. Por isso, em cartografia não há uma separação entre as fases de “coleta” e análise (BARROS; BARROS, 2014, p. 378).

Ainda segundo Barros e Barros (2014), os procedimentos de análise em cartografia emergem do encontro com o campo e não anteriores a estes. No caso desta pesquisa, o processo de conhecer o campo e entrevistar produtores agroecológicos locais, em conjunto com o levantamento bibliográfico, motivou um

processo de escrita reflexiva sobre o material cultivado ao longo deste tempo.

Cabe por fim dizer que, para além do procedimento escolhido, buscou-se consonância com a atitude comum da cartografia de participação e implicação com o campo, visando problematizar e até reposicionar o lugar dos participantes, possibilitando desta forma a multiplicação de sentidos e a inauguração de novos problemas.

Embora diversos, os procedimentos de análise empregados articulam-se segundo uma atitude comum. Tal atitude é o que define a análise em cartografia. Analisar é, de fato, sustentar um ethos analítico específico, permitindo que a pesquisa se volte para si mesma e se interrogue acerca da implicação e da participação, levando à problematização e ao reposicionamento do lugar dos participantes. Daí o paradoxo da análise, o de constituir-se ao mesmo tempo como um acesso à objetividade e como um procedimento de proliferação de sentidos e de singularização. (BARROS; BARROS, 2014, p. 388)

2.5 Encontros e desencontros no campo

A partir de minha implicação com o campo pesquisado, considero importante descrever alguns fatores gerais que marcaram o meu percurso.

Como recém chegado à região, em um momento de isolamento social, tive dificuldade de começar a acessar o meu campo e conhecer seus agentes. Além disso, como a agroecologia é um movimento social conectado à agricultura familiar, camponesa e a grupos minoritários, inicialmente a configuração da rede agroecológica local me causou estranhamento, já que é composta, em sua maioria, por pessoas brancas de classe média. A configuração histórica da região, entretanto, se deu por meio de um contexto de ocupação colonial europeia que se mesclou ao longo do tempo com atores e culturas diversas, o que acabou por revelar um cenário de contaminação (TSING, 2022) mais complexo do que eu poderia imaginar em um primeiro momento.

Diante disso, me aliei com iniciativas de transição agroecológicas que me foram acessíveis e que me permitiram compor junto no momento de minha pesquisa. Cabe dizer que houve uma tentativa de entrevista com uma família de produtores convencionais, que apresentou resistência em participar da pesquisa.

Esta relutância parece estar imersa em certa atmosfera política acirrada pelo contexto de eleições para presidente (2022), que será melhor desenvolvida no capítulo seguinte. Certamente ouvir o ponto de vista dos produtores convencionais locais poderia nos ajudar a enriquecer a nossa cartografia. Entretanto, atento aos limites de tempo desta pesquisa e considerando a dificuldade de acesso a estes indivíduos, as informações referentes a estes casos foram obtidas de forma indireta por dados coletados e depoimento dos produtores agroecológicos entrevistados.

Assumir tal recorte faz desta pesquisa uma produção de conhecimento situada³⁰, mas não por isso desprovida de pensamento crítico e objetividade. Durante meu percurso, busquei questionar como os arranjos agroecológicos estudados foram possíveis de se formar e quais são suas contribuições e limitações para que ocorra um processo de transição agroecológica efetivo da região.

Movido pela minha identificação com os ideais agroecológicos e pelo meu interesse em conhecer como são desenvolvidas as práticas na localidade deste estudo, passei a pesquisar e a me conectar com diversos atores, os quais vieram a formar uma rede de sustentação para esta investigação. Meu ponto de partida foi a horta comunitária Jardim de Luz, localizada em Lumiar, com a qual tive o prazer de participar durante um ano. Os mutirões do Jardim de Luz me ajudaram muito a enfrentar a claustrofobia do isolamento social. Outra iniciativa com a qual me conectei ao longo do tempo foi a feira Alumiar, que acontece todo domingo no centro de Lumiar e reúne diversos agricultores movidos pelos ideais agroecológicos de uma produção sustentável sem veneno. Por último, passei a frequentar o grupo regional de agroecologia Serrana Leste, onde me engajei politicamente ao movimento agroecológico.

Ao assumir o caráter processual participativo desta pesquisa, acato também a condição limitada desta investigação em relação aos encontros que me foram possíveis. Certamente há inúmeros casos de iniciativas mais ou menos envolvidas

³⁰ O termo “conhecimento situado” é utilizado por Donna Haraway (...) Em oposição a um suposto saber descorporificado, que a tudo olha, sem ser olhado e a tudo representa sem ser representado, a filósofa argumenta que o conhecimento é sempre criado a partir de uma perspectiva histórica e socialmente situada. Ao destacar o caráter sexista, colonialista, capitalista e militarista da produção de conhecimento hegemônica, a autora busca, não só evidenciar a falsa imparcialidade deste, como a importância de vincular as formas de produção de conhecimento à proposta de construção de mundos. Desta forma a autora defende uma ciência que esteja aberta a pontos de vista múltiplos e locais em suas diferenças irreduzíveis.

em um processo de transição agroecológica, que ocorrem na localidade escolhida para realizar o presente estudo, que aqui ficaram de fora. Dentre estes há tanto aqueles que a existência foge ao meu conhecimento quanto aqueles que, por seus respectivos motivos, não se mostraram disponíveis. Em 5 casos encontrei recalcitrância ou mesmo impossibilidade em relação à participação de minha pesquisa. Entre estes casos estão: José³¹, agricultor nativo que usavam assumidamente veneno e que, apesar de nossas conversas pontuais, argumentou falta de tempo para participar; dona Augusta³², agricultora nativa que me pediu para não ser gravada, mas em breve conversa me disse não utilizar “veneno fortes”, utilizando agrotóxicos apenas em algumas poucas culturas (como o tomate); uma agricultora nativa, conhecida por plantar sem veneno, que disse estar estressada com um empreendimento comercial frustrado e por isso estava sem disponibilidade; outros dois produtores neorrurais que dizem produzir sem veneno e que não conseguiram disponibilizar um horário para me receber.

É difícil fazer alguma consideração sobre estes casos, mas talvez seja possível imaginarmos que haja por parte dos agricultores algum receio de exposição ao participar de um estudo relacionado à práticas agrícolas sustentáveis, principalmente no caso daqueles que utilizam agrotóxico assumidamente. Outra possível consideração é de que de fato, o trabalho com agricultura necessita de um tempo e trabalho difícil de conciliar com outras atividades e disponibilidades.

Feitas tais considerações sobre a escolha e as possibilidades dos casos por mim entrevistados, apresentarei as iniciativas às quais pude ter acesso no capítulo quatro. Antes, contudo, será importante no próximo capítulo apresentar brevemente as condições históricas da formação de Lumiar e São Pedro da Serra, assim como as transformações sociais ocorridas em torno da agricultura, contextualizando a formação dos arranjos agroecológicos pesquisados.

³¹ Nome fictício. Nos casos onde não houve, por parte do agricultor ou agricultora, disponibilidade para participar desta pesquisa, suas identidades foram preservadas.

³² Nome fictício.

Capítulo 3. Descrição do histórico de São Pedro da Serra e Lumiar, Nova Friburgo, RJ

3.1 O surgimento de Lumiar, São Pedro da Serra e biorregião e o seu contexto

A região de Nova Friburgo passou a ser oficialmente colonizada por imigrantes não portugueses no início do século XIX (1818), quando D. João VI autorizou a vinda de 100 famílias de suíços e posteriormente de alemães para fundar a vila que deu origem ao município de Nova Friburgo, sendo “a primeira experiência oficial de colonização de imigrantes europeus no Brasil” (TEIXEIRA, 2009, p.105). Desta forma:

Em 1819 os primeiros 1631 imigrantes, originários do Cantão de Friburgo, na Suíça, desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, sendo logo encaminhados ao núcleo de residências construído para abrigá-los na fazenda Morro Queimado, dando origem ao município de Nova Friburgo. Em 1824 viriam a somar-se a estes uma nova leva de migrantes, desta vez, alemães (CARNEIRO e PALM, 2016, p. 3).

Tais imigrações se deram com “a finalidade de produzir alimentos e manufaturados para o abastecimento do mercado urbano do Rio de Janeiro” (TEIXEIRA, 2009, p. 115). Esse modelo de ocupação visava pequenas propriedades de trabalhadores livres e mão de obra qualificada, seguindo o ideal de tornar o Brasil um reino aos moldes europeus (MAYER, 2003, p 83). Esta iniciativa foi uma tentativa de resposta à crise agrícola brasileira da época, baseada em um modelo escravocrata sustentado pelo absolutismo e privação da cidadania, que já naquele contexto levantava questões sobre o desgaste ambiental e a desertificação das terras (MAYER, 2003 e MAYER, 2006).

Entretanto, a vinda destes imigrantes foi marcada desde o início por uma série de dificuldades como falsas promessas e más condições das viagens. Segundo Mayer:

Os imigrantes foram manipulados pelos agentes suíços de tal maneira que praticamente vinte por cento do contingente faleceu em viagem e ainda uma outra parte viria a morrer em virtude das conseqüências da viagem. Ao invés das cem famílias estipuladas segundo acordo firmado com o delegado de Fribourg e representante da operação, Nicolau Sebastião Gachet, vieram

cerca de 261 famílias; as condições de viagem foram de tal maneira precárias, que a grande parte dos colonos se empobreceu com os custos que tiveram que arcar, principalmente nas longas paradas na Holanda (MAYER, 2006, p. 1).

Além dos maus tratos da travessia por mar, também houve adversidades e precariedade na chegada às terras prometidas, assim como na qualidade das moradias. Os terrenos foram divididos entre grande quantidade de pessoas, em famílias constituídas artificialmente e as construções foram feitas sem pavimentos e em condições precárias de saneamento (MAYER, 2006).

Diante de tantos percalços, para Mayer, podemos nos questionar se realmente houve a intenção de viabilizar este tipo de ocupação de imigrantes fundamentadas em pequenas propriedades. Ou, se, ao contrário, a intenção era de conduzi-la ao fracasso, favorecendo assim a velha política baseada em latifúndios e escravidão (MAYER, 2006). Dessa forma os colonos teriam sido instrumentalizados como meio de viabilizar a "ocupação da região para que senhores de terras escravocratas pudessem dela tirar proveito" (MAYER, 2006, p. 5)

Ao chegarem às terras prometidas e após a divisa da região de Morro de Queimado, muitas famílias, insatisfeitas com as casas e terras concedidas, além da falta de oportunidades de trabalhos, partiram à procura de outras terras. Em 1825 a colônia já contava com metade do seu contingente, vindo a se extinguir oficialmente em 1831 (MAYER, 2006). Neste momento Nova Friburgo passa a ser condicionada pela produção de café e por fazendas escravocratas (MAYER, 2006).

Alguns poucos colonos suíços conseguiram se tornar grandes proprietários de café, se estabelecendo principalmente em Cantagalo (que na época fazia parte da Vila de Nova Friburgo). A maioria, contudo, "ou se espalhou pela região ou se tornaram pequenos colonos que sobreviveram, através de uma sociedade marcada pelo entrelaçamento familiares sob um estilo quase clânico" (MAYER, 2006, p. 5). Este é o caso da localidade onde hoje estão situados os distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, região que pertencia à época ao português Felipe De Roure, sendo habitada em menor contingente demográfico, antes da chegada dos imigrantes suíços e alemães, por fazendeiros luso-brasileiros, proprietários de escravos, além de também haver registros de ocupações quilombolas. (TEIXEIRA, 2009).

O clima montanhoso e a dificuldade de acesso e comunicação, contudo, criaram as condições para que os vilarejos de Lumiar e São Pedro da Serra ficassem por muito tempo isolados em relação ao centro de Nova Friburgo, o que fez com que os colonos desenvolvessem uma cultura própria, com forte caráter rural, composta por agricultura familiar de subsistência e produção para mercados consumidores próximos. Como apontam Carneiro e Palm (2016), “considerando as dificuldades encontradas e a ausência de uma infraestrutura já estabelecida, esses colonos passaram por um processo forçado de adaptação conhecido como `caipirização`”(p. 183).

Este processo se acentua com a quebra da Bolsa de Nova Iorque de 1929, quando houve um forte desestímulo da produção de café, contribuindo para uma estagnação econômica das atividades agrícolas da região, que se manteria até o último quarto do século XX (D’ONOFRE, 2010). Apesar de São Pedro e Lumiar não terem se notabilizado como produtores de café, ainda assim tiveram “uma importante função de abastecimento de alimentos, sobretudo hortifrutigranjeiros, para as fazendas de monocultura de café no período compreendido entre 1830 até o final deste século” (TEIXEIRA, 2009, p. 117).

Desta forma, estes imigrantes passaram a habitar esta localidade em um contexto de roça às margens dos centros urbanos e se distanciando cada vez mais de suas culturas européias, passando a viver de acordo com as necessidades da geografia local e se utilizando do conhecimento de indígenas e quilombolas que já habitavam a região ou o entorno:

Essas terras possuem indícios de ocupação anterior por populações indígenas e quilombolas. Essa importante herança se faz presente até hoje nos produtos típicos da agricultura familiar local com o plantio de inhame (de origem africana) e aipim (de origem indígena) (INEA, 2014, p. 15).

É importante ressaltar ainda que, apesar da contribuição cultural negra e indígena, tal como aconteceu na política de colonização brasileira como um todo, a ocupação de Nova Friburgo foi marcada pela perseguição e extermínio de populações indígenas e quilombolas que não se submetiam ao modelo de exploração comercial colonial (MAYER, 2003).

Quanto às aldeias indígenas, segundo o historiador José Mayer:

A presença indígena pode ser inferida a partir do nome dos acidentes geográficos da região, a começar pelo próprio Macacu. Embora seja difícil avaliar as suas verdadeiras dimensões na região, há referências feitas por viajantes no início do século XIX (MAYER, 2003, p. 107).

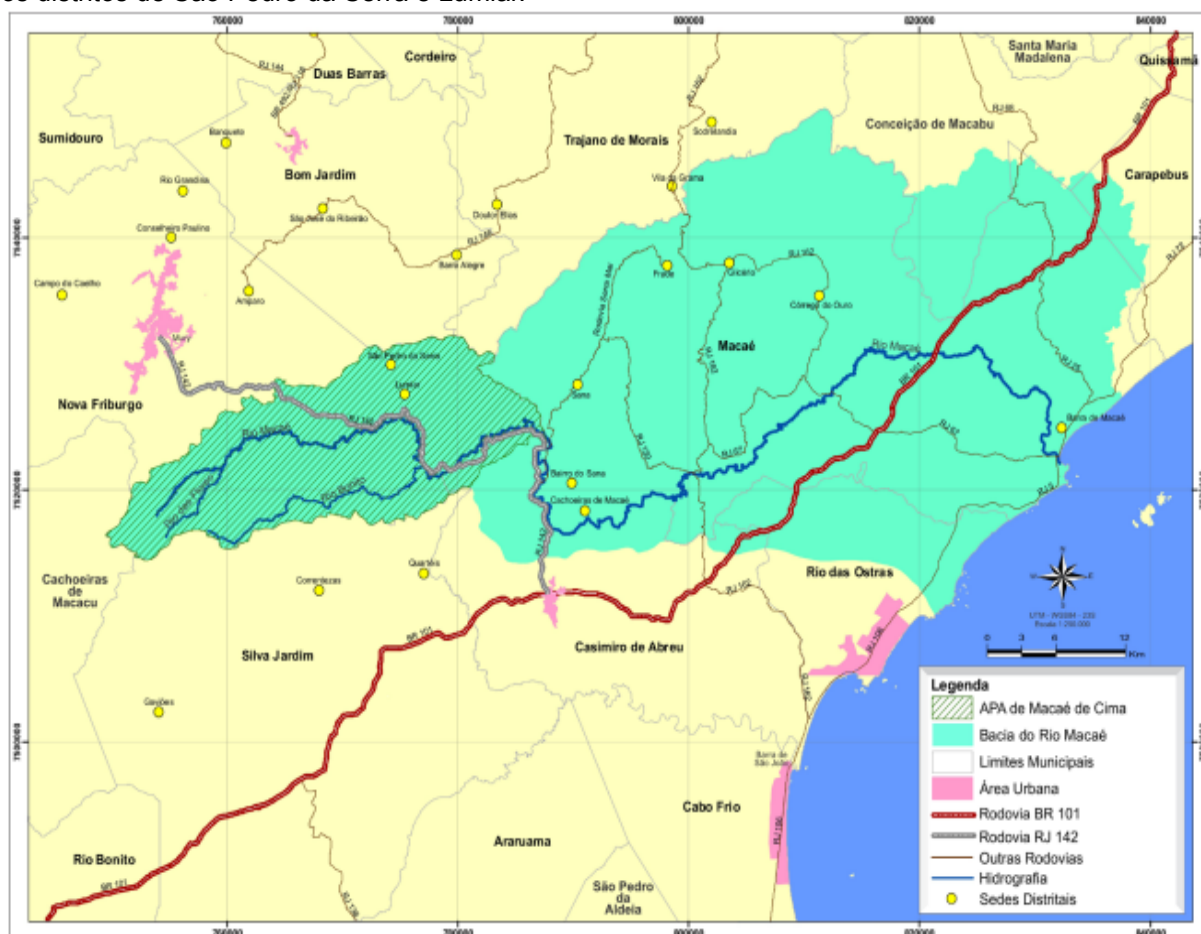
A presença indígena, ainda segundo Mayer, não foi registrada nos locais mais altos e frios do município, o que talvez seja o caso da região de Lumiar e São Pedro da Serra, dada a falta de informações encontradas nesta pesquisa sobre a existência de aldeias locais - o que não impediu a influência destas culturas, por exemplo, na agricultura. A presença de quilombolas também é tida como anterior à chegada dos imigrantes suíços (D'ONOFRE, 2010). No entanto, só consegui localizar a existência de um quilombo, situado na RJ-142, estrada que liga o distrito de Lumiar ao município de Casimiro de Abreu (RJ) (MAYER, 2003), apontando para a necessidade de maiores estudos sobre o tema. Infelizmente, este único quilombo localizado existe apenas como nome, tendo suas terras sido ocupadas por descendentes de europeus³³.

3.2 Abertura para "Modernidade"

Posteriormente, a partir da segunda metade do século XX, com as melhorias na acessibilidade (pavimentação da RJ-142 no seu trecho Mury-Lumiar na década de 1980) e a chegada da energia elétrica (e com ela dos meios de comunicação de massas), a região passou por um importante processo de modernização, responsável por grandes transformações nos modos de vida e organização social da cidade. A expansão do turismo contribuiu para o aumento dos setores de comércio e serviços como um todo, causando um crescimento populacional e econômico significativo, o que fez com que muitas famílias passassem a ter suas rendas baseadas em uma pluriatividade, conciliando atividades agrícolas e não agrícolas (INEA, 2014). Segundo Mayer (2006), "Depois de tantas vicissitudes, descobre-se que as famílias que lograram subsistir nas terras colonizadas por suíços e alemães estão numa área que se valoriza em termos ambientais e turísticos (2006, p. 5)".

³³ Para mais informações sobre este caso ver o documentário *Quilombo*, dirigido por Nina Tedesco. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lok19yzcvZ0&t=465s> Acessado em: 27, fev, 2021.

Figura 1: Mapa de localização da APA de Macaé de Cima e Bacia do Rio Macaé onde se localizam os distritos de São Pedro da Serra e Lumiar.



Fonte: INEA, 2014

Figuras 2, 3, 4 e 5: Fotos de Lumiar, Nova Friburgo, RJ. Maio de 2022.



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador.

Figura 6 e 7: Fotos de São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ. Maio de 2023.



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador.

Em meio a este processo, percebe-se também a diminuição do número de agricultores e, em simultâneo, a chegada de novos moradores oriundos, muitas vezes, de centros urbanos e de classe média, os chamados “neorrurais”:

Enquanto a agricultura declina, apesar de alguns bem sucedidos lavradores, o turismo e a valorização ambiental atraem para as terras novos segmentos de classe média, que passam inclusive a comprar terras, montar as segundas casas (MAYER, 2006, p. 5).

No caso específico da agricultura, o aumento de demanda por quantidade de produtos, assim como a necessidade de adequação aos padrões destes novos mercados, acompanharam a chegada de novas técnicas agrícolas baseadas no ideal de modernização da chamada Revolução Verde, que visavam a potencialização da produção no campo a partir do uso de insumos químicos, mecanização da força de trabalho e produção de sementes geneticamente modificadas baseando-se na lógica da monocultura e do latifúndio. (PEREIRA, 2012).

Aliada a isso, a implementação das leis de proteção ambiental, na década 1990, ao proibir a prática do “pousio”, também contribuiu para modificações na agricultura local. A criação da Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima (APAMC) em 2001 por sua vez veio acirrar ainda mais os conflitos entre os agricultores e os órgãos de fiscalização ambiental, aumentando o rigor e a quantidade de multas sobre os produtores que utilizavam o pousio. Estudos científicos recentes (CARNEIRO *et al.*, 2010), entretanto, comprovam ser uma prática sustentável, o que fez com que a técnica voltasse a ser permitida desde que siga os critérios do Instituto Estadual do Ambiente - INEA. Contudo, a dificuldade encontrada pelos agricultores, à época, de realizar sua agricultura “tradicional” contribuiu para que muitos abandonassem a agricultura, permanecendo apenas aqueles que podiam arcar com os custos da utilização de agrotóxicos (CARNEIRO e PALM, 2016), além de criar uma desconfiança e inimizade entre os produtores nativos e os órgãos de controle ambiental que persiste até hoje.

3.3 Hegemonia da agricultura convencional

Lumiar e São Pedro da Serra pertencem a uma região onde a política de colonização por imigrantes, donos de pequenas propriedades, deixou marcas até hoje presentes nos contornos sociais, culturais e econômicos do município. Tal histórico se reflete no quadro fundiário de toda Nova Friburgo, a qual possui,

comparado com o resto do Brasil, um alto índice de pequenas propriedades. Segundo Teixeira (2009), em Nova Friburgo:

68% da área dos estabelecimentos agropecuários são ocupadas por propriedades de até 100 ha, tendo a maior concentração (26%) da área em torno de 20 a 50 ha. No estado do Rio de Janeiro, às áreas de até 100 ha ocupam apenas 32% dos estabelecimentos, e no país como um todo, somam apenas 20%. (p. 117).

Este cenário marcado pela agricultura familiar e pequenas propriedades, contudo, a partir de meados do século XX, passou a fazer parte de um projeto de “modernização conservadora”, que tornou a Região Serrana Fluminense “um dos pólos mais importantes de produção agrícola no estado do Rio de Janeiro” (PALM, 2021, p. 86). Como parte efetiva deste projeto estão:

(...) melhorias na estrutura de estradas e redes de comunicação da Região Serrana; a criação de diferentes tipos de infraestruturas, visando dinamizar a logística de escoamento da produção agrícola; a expansão da rede de revendedores de agrotóxicos e fertilizantes industrializados nesses municípios; como também a implantação de políticas de desenvolvimento rural, especialmente nas áreas de assistência técnica e crédito (PALM, 2021, p. 86).

Tais transformações modificaram as práticas agrícolas de diversas maneiras. A possibilidade de um agricultor produzir seu próprio sustento passou a ser cada vez mais restrita, se contrapondo a um modelo de produção unicamente voltado a seu valor de *commodity*. As plantações, antes variadas e diversas, deram lugar à monoculturas que pudessem atender às demandas de grandes mercados. Além disso, a própria melhoria na infraestrutura de transporte, segundo Palm (2021), pode ter influenciado a escolha de cultivos privilegiados pelos agricultores da Região Serrana Fluminense. Antes, com a demora a se chegar aos pontos comerciais, plantavam-se mais tubérculos, os quais resistiam mais ao tempo de transporte. Com o encurtamento deste tempo, passaram a prevalecer o cultivo das hortaliças folhosas em sistemas convencionais.

A mudança de culturas, apesar de representar a possibilidade de um maior retorno financeiro, passou a exigir um maior custo econômico, demandando insumos como adubos, herbicidas, inseticidas, fungicidas, sementes híbridas, entre outros. Palm (2021) em sua tese evidencia que tais insumos eram facilitados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), coordenado e financiado pelo governo federal, que, juntamente à ação de agentes prestadores de serviços de assistência técnica e

extensão rural, foram responsáveis por promover a adoção dos pacotes tecnológicos internacionalmente difundidos pela Revolução Verde (PAML, 2021).

O contexto de isolamento social vivido até meados dos anos 70 fez com que a chegada destas influências e ideais de inovação agrícolas oriundas da Revolução Verde adentrassem na região de forma relativamente tardia e amenizada, comparando com a maior parte do país. O clima acidentado e montanhoso não favoreceu o surgimento de grandes latifúndios, tampouco o uso de mão de obra mecânica, permitindo com que ainda hoje exista um número significativo de agricultores familiares locais que praticam uma agricultura menos nociva ao meio ambiente. De acordo com Carneiro e Palm (2016)

O pacote tecnológico da Revolução Verde encontrou limites à sua difusão, especialmente pelas características topográficas da região, o que dificultou a mecanização e contribuiu para a manutenção de uma agricultura de pequeno porte e menos devastadora do meio ambiente (2016, p. 6).

Dada a preservação ambiental de Lumiar, São Pedro da Serra, e o histórico de relativo isolamento comercial, tal região encontra um ambiente onde a agricultura sem veneno ainda possui certa vantagem comparativa frente a outros distritos de Nova Friburgo onde a agricultura convencional é praticada de forma mais intensiva. Um exemplo ilustrativo é Campo do Coelho, maior pólo de produção agrícola do município, local onde a grande quantidade de propriedades convencionais dificulta iniciativas de agricultores que busquem a certificação de orgânicos, dado que um dos critérios para esta é de que não haja contaminação de agrotóxicos em seu entorno.

Tive a experiência de passar por Campo do Coelho quando estava a caminho do segundo encontro presencial da articulação de agroecologia Serrana Leste em Três Picos. Durante o percurso me impressionou a paisagem de montanhas cortadas por monoculturas. Na estrada foi possível ver trabalhadores aplicando agrotóxico sem nenhum equipamento de proteção. Pude sentir o cheiro de veneno no ar, o qual não saberia reconhecer, se não fosse informado por uma companheira da articulação que viajava comigo. Com o tempo passei a espirrar e a sentir meu nariz coçar.

Nesta região as iniciativas de TA ficam restritas a locais mais periféricos,

onde ainda é possível barreiras contra a contaminação de agrotóxicos. Este era o caso de Zézinho, produtor orgânico pertencente à Serrana Leste, que nos recebeu em sua propriedade para a nossa reunião. Neste mesmo dia visitamos o Colégio CEFFA CEA Rei Alberto I, localizado na Baixada de Salinas, Nova Friburgo. Um dos membros da regional atua como professor neste colégio e nos explicou como este aplica a Pedagogia da Alternância³⁴ no atendimento escolar aos estudantes filhos de agricultores familiares e demais famílias do meio rural. Este professor nos contou sobre o embate entre os conteúdos voltados para uma prática agroecológica, contando inclusive com a experiência de uma horta (sem veneno) feita pelos alunos na escola, e a prática que os alunos têm como referência em casa com suas famílias. Tal embate representa a dificuldade de se apresentar um imaginário diferente daquele tão profundamente arraigado pelos ideais da Revolução Verde. Cabe assim aos professores uma difícil tarefa de ensinar práticas de cultivo e manejo sem uso de agrotóxicos a estes jovens, que possivelmente podem vir a ser novos agricultores.

Tais iniciativas se configuram, contudo, como forças incipientes no combate às práticas sócioambientalmente insustentáveis, tornando necessário estarmos conscientes das implicações de tais práticas. A monocultura não só limita a possibilidade do agricultor de se alimentar diretamente de seu trabalho, como causa esgotamento do solo e impede que a biodiversidade autorregule os elementos possivelmente nocivos à plantação. Desta forma, na busca de equilibrar este sistema artificial, acaba-se criando uma dependência cada vez maior de insumos químicos tais como adubos e pesticidas (agrotóxicos³⁵). Cabe dizer que desde 2009 o Brasil lidera o ranking mundial no consumo de agrotóxico (NASCIMENTO, 2018), sendo Nova Friburgo um dos municípios que mais utilizam agrotóxicos no estado do Rio de Janeiro (BOMBARDI, 2017, p. 100).

Apesar de Lumiar e São Pedro da Serra, ao longo da história, terem sido beneficiados por barreiras naturais (topografia montanhosa) à exploração agrícola

³⁴ “A Pedagogia da Alternância propõe uma formação com períodos alternados de vivência e estudo na Escola e na família (acompanhados pelos monitores), permitindo que estudantes que vivem no campo possam ter uma formação que articule o conteúdo escolar com a vivência em seus locais de moradia, modos de vida e de produção familiar.

³⁵ “Definidos como qualquer substância ou mistura de substâncias de ingredientes químicos e biológicos destinados a repelir, destruir ou controlar qualquer praga ou regular o crescimento de plantas” (FIOCRUZ, *et al.*, 2019, p 26,).

cafeeira colonial e aos pacotes tecnológicos oriundos da Revolução Verde, isto não impediu que atualmente a maioria da agricultura local se tornasse convencional. Em meio a um cenário de desvalorização do pequeno agricultor e da necessidade de investimentos em cultivos cada vez mais demandantes de insumos, reduziu-se o número de agricultores, tornando-os cada vez mais dependentes de práticas convencionais.

Em locais como Vargem Alta (pertencente ao distrito de São Pedro da Serra), por exemplo, existem estudos demonstrando a expressiva utilização de agrotóxicos, muitos deles já proibidos na Europa e nos Estados Unidos por estarem relacionados a vários riscos para a saúde humana e ambiental (NASCIMENTO *et. al.*, 2018). Em uma de minhas entrevistas, Michele, agricultora estabelecida na época em Vargem Alta, relatou como a impressionava o número de casos de pessoas que sofriam de problemas de saúde diversos por conta da contaminação de agrotóxicos. Além disso a agricultora relata o alto número de histórias de pessoas deprimidas que tentaram suicídio ingerindo agrotóxico³⁶.

De forma geral o uso de defensivos químicos vêm se comprovando prejudiciais ao meio ambiente e à saúde. É o que nos aponta, por exemplo, os dados fornecidos pelos *Caderno de Estudos* produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Sobre a questão da saúde:

A exposição a agrotóxicos tem sido associada ao câncer, às doenças de Alzheimer e Parkinson, a distúrbios hormonais, problemas de desenvolvimento e esterilidade. Eles também podem causar numerosos problemas neurológicos, como perda de memória, perda de coordenação, capacidade visual reduzida e habilidades (FIOCRUZ, *et al.*, 2019, p. 28).

Sobre a questão do meio ambiente:

O uso excessivo e indevido de agrotóxicos resulta na contaminação do solo e de fontes de água circundantes, causando perda de biodiversidade, destruindo populações benéficas de insetos que atuam como inimigos

³⁶ De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) em em cada cinco casos de mortes por auto-envenenamento no mundo se dá por agrotóxicos. O estudo estima ainda que a quantidade de casos seja muito maior em áreas rurais de países de baixa renda média como o Brasil onde muitas vezes os casos não são notificados, podendo haver uma relação de 50 vezes mais casos para cada notificação (WORLD HEALTH ORGANIZATION, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2019).

naturais de pragas e reduzindo o valor nutricional dos alimentos (FIOCRUZ, *et al.* 2019, p. 33).

É importante ressaltar ainda que esta é uma preocupação de grande atualidade, visto que, apesar dos alarmantes níveis de agrotóxicos já em utilização, no momento da produção deste trabalho (2022), o PL6299/2002, apelidado de "Pacote do Veneno" havia sido aprovado na Câmara dos Deputados e aguardava aprovação pelo Senado Federal. Tal projeto de lei felizmente foi rejeitado com o fim do governo de Jair Bolsonaro, mas demonstra o jogo de forças políticas por trás da flexibilização da utilização de agrotóxicos³⁷.

O agrotóxico vem funcionando como uma das principais estratégias de hegemonia do modelo de agricultura atual, influenciando não só a implementação de grandes latifúndios como também a prática da agricultura familiar, de pequenos e médios agricultores. As poucas e raras exceções de agricultores nativos da Região Serrana do Rio de Janeiro que adotam uma agricultura livre de agrotóxicos estão historicamente associadas a casos de intoxicações graves (PALM, 2021), como é o caso do único agricultor nativo entrevistado nesta pesquisa (apresentado no capítulo seguinte).

Apesar da hegemonia do modelo convencional, com a utilização de agrotóxico é importante notar a existência de casos de pequenos agricultores familiares que praticam modos de agricultura mista, usando técnicas sustentáveis em algumas culturas (como o uso de caldas de tabaco, calendário lunar³⁸) e aplicando agrotóxico em outras. Dadas as limitações de tempo deste trabalho, optei por priorizar entrevistas com agricultores que produzem exclusivamente sem agrotóxicos. Cabe, entretanto destacar algumas informações sobre esses pequenos produtores familiares, uma vez que é fundamental a valorização do pequeno agricultor local.

O trabalho de Carneiro e Palm (2015) em São Pedro da Serra e adjacências teve como objetivo mapear os circuitos mercantis, a capacidade produtiva e o consumo de produtos agrícolas na região. Durante esses estudos, agricultores locais foram questionados sobre a possibilidade de participarem de iniciativas como a

³⁷ Para uma análise detalhada sobre este PL ver "Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida!" (FRIEDRICH, 2021).

³⁸ Trarei ao longo do capítulo 4 alguns modelos de agricultores que praticam o que chamo aqui de modelos mistos.

criação de circuitos curtos de comercialização, de feiras locais e redes de agroturismo. Embora os agricultores enxergassem de forma positiva a possibilidade de venda sem atravessadores e a consequente não desvalorização de seus produtos no caso do circuito curtos de comercialização, a maioria dos entrevistados não mostrou confiança em relação a esse modelo. A pesquisa também confirma o interesse dos comerciantes locais em comprar seus produtos. Contudo, a crença de que o mercado interno não absorveria o volume produzido e a insegurança de venda fez com que a maioria continuasse preferindo o modelo de circuitos mercantis mais distantes da Região Serrana e Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Esta falta de perspectiva de absorção do mercado local também foi responsável pelo desinteresse em relação à criação de feiras agrícolas locais. Por outro lado, a possibilidade de inclusão em circuitos agroturísticos foi vista de forma positiva, já que ocorreria no próprio local de produção e não dependeria do deslocamento dos agricultores.³⁹

Carneiro e Palm (2015) consideram que uma das formas de lidar com o descompasso entre a capacidade produtiva e a demanda do consumo local seria o beneficiamento de produtos (elevando o tempo de conservação e consequentemente de comercialização), assim como a exploração de frutos nativos como a jussara. Tais alternativas, contudo, esbarram na falta de estudos de mercado e assistência técnica, configurando um cenário de descrédito destes agricultores em relação ao apoio de políticas públicas e práticas alternativas (CARNEIRO; PALM, 2015). Carneiro e Palm (2015) identificam ainda a diminuição do número de jovens nestes modelos de agricultura, considerando que a maioria dos entrevistados possuía mais de 40 anos. O desinteresse em permanecer na profissão por parte de jovens está associado ao aumento de atividades econômicas melhor remuneradas, geralmente ligadas ao setor de comércio e turismo, o que contribui para diminuição da agricultura familiar na região.

Em contrapartida à diminuição de agricultores locais podemos observar o crescimento da presença de agricultores neorrurais ligados a um ideal de agricultura

³⁹ Sobre a importância de um turismo sustentável e conectado com a cultura local destaco o trabalho de Lia Caldas (2014) que culminou com a criação do Circuito Altos da Serra Mar, rede que conta com produtores rurais que desenvolvem iniciativas com práticas sustentáveis para a agricultura e o turismo nos distritos de Mury, Lumiar e São Pedro da Serra (Nova Friburgo) e Barra Alegre (Bom Jardim), situados na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Fazem parte desta rede dois de meus entrevistados (Nina e Diogo).

sustentável. A presença destes atores pode ser datada a partir do fim da década de 1970 e início de 1980, quando surgem as primeiras experiências socioprodutivas que buscavam incorporar preocupações ambientais na agricultura da Região Serrana Fluminense. Tais iniciativas eram compostas principalmente por atores de classe média da cidade do Rio de Janeiro, com origem urbana, em meio a um contexto de aumento de debates por parte da sociedade civil e do meio acadêmico em torno do uso de agrotóxicos e de uma agricultura sustentável (PALM, 2021). Ao analisar tal processo Palm destaca a criação de iniciativas como:

- Cooperativa Mista de Produtores e Consumidores de Ideias, Produtos e Soluções Naturais (Coonatura), criado em 1979, de grande importância para o surgimento de iniciativas socioprodutivas na região de Petrópolis⁴⁰.
- Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), formado na segunda metade da década de 70 por estudantes Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que promoviam discussões sobre os efeitos negativos do processo de modernização da agricultura, além de cursos abordando diferentes perspectivas em “agricultura ecológica”.
- Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO), criada por um grupo de agricultores de Nova Friburgo em 1984 pertencentes a uma das primeiras feiras de produtos orgânicos do Brasil, a Feirinha da Saúde. A ABIO tem como objetivo o fortalecimento da agricultura orgânica de base agroecológica, mediante a prestação de serviços aos agricultores, produtores e extrativistas⁴¹.

Em sua maior parte, tais iniciativas foram desenvolvidas por indivíduos ou coletivos de classe média movidos por seus ideais e muitas vezes assegurados por alguma renda extra que lhes permitia tentar modelos alternativos de produção. Esses atores buscavam um novo estilo de vida e eram guiados pela vontade de produzir alimentos sem agrotóxicos, além dos objetivos de “se conectar com a

⁴⁰ Apesar de seu importante papel na criação de entrepostos de comercialização, feiras e assistência técnica à produtores ecológicos, em meio a um processo de institucionalização da agricultura orgânica e a entrada de novos atores no setor, em especial grandes redes de supermercados, a cooperativa teve que encerrar seus trabalhos no ano 2000 (PALM, 2021).

⁴¹ A ABIO teve protagonismo na discussão da criação dos marcos regulatórios da certificação de orgânicos no Brasil, passando em meados da década 1990 a atuar também como certificadora.

`natureza`, de interagir com um `modo de vida rural` ou de experimentar a vida `na roça`” (PALM, 2021, p. 129).

Esta pesquisa, de certo modo, reflete ainda hoje a preponderância de atores “neorrurais” na busca por uma transição agroecológica local, sendo este o caso de cinco dos seis entrevistados. Em meio à multiplicidade de formas de abordagem da questão da transição agroecológica local, optei por casos de produtores comprometidos com uma agricultura totalmente livre de agrotóxicos. Sem negar as limitações de alcance desta pesquisa, busquei, a partir dos casos que tive acesso, refletir sobre como se dão os processos subjetivos inerentes a estas experiências e a possibilidade destes arranjos agroecológicos nos apontarem para uma realidade de sustentabilidade agroalimentar diversa da atual.

Capítulo 4

Transição Agroecológica e processos de subjetivação em Lumiar, São Pedro da Serra e entorno.

4.1 Arranjos possíveis

Tive o prazer de participar e aprender, durante um ano, da construção do projeto de horta comunitária Jardim de Luz. Durante este tempo me encontrei semanalmente com um grupo de aproximadamente cinco pessoas para trabalharmos juntos sobre a orientação de Marcelo, engenheiro florestal. Assim como eu, a maioria dos participantes na época (2021) era oriundo de contexto urbano buscando refúgio na região em meio a pandemia. Desta forma, os mutirões ofereciam a oportunidade para se conectar e aprender com o ato de plantar e colher. O jardim se destaca pela ampla variedade de cultivos, entre eles estão: plantas aromáticas e medicinais, como diferentes tipos de menta e alfavaca, artemísia, manjerição, tomilho, erva doce, malva, alfazema de caboclo, guaco, orégano; hortaliças, como diferentes tipos de couve, rúcula, azedinha, agrião e mostarda; frutas, como abacate, jussara, limão, jaboticaba, pitanga, cabeludinha, tomate e banana; PANCS⁴² como o caruru, ora-pro-nóbis, beldroega, terramicina, tanchagem e jambu; e legumes e tubérculos diversos como inhame, cúrcuma, gengibre, milho, batata doce e berinjela.

O terreno já havia sido cultivado anteriormente por meio de outras iniciativas de curto prazo, mas estava parado há um tempo. Por isso, para iniciarmos nosso projeto foi necessário um trabalho de capina. Enquanto abríamos espaço no capim e podávamos as árvores, aproveitamos a matéria orgânica para fazer canteiros e cobrir o solo para novos plantios. Foi possível ainda aproveitar alguns resquícios de canteiros anteriores e de plantas. Nos reuníamos em roda ao final dos trabalhos para conversar sobre os planos e estratégias de desenvolvimento do projeto. Além disso, passamos a incluir dinâmicas, como o sorteio de nomes de plantas presentes no jardim para que cada um pesquisasse em casa e pudesse compartilhar informações no encontro seguinte.

⁴² Plantas Alimentícias Não Convencionais.

Eu acabava de sair de um contexto urbano claustrofóbico e estava carente de experiências sensoriais, além de estar ávido por conhecer mais sobre o universo das plantas e seus cultivos, por isso foi tão importante para mim participar de uma iniciativa ao ar livre, mesmo que, em meio a um momento de restrição social devido à pandemia de covid-19, todas as pessoas estivessem utilizando máscara. Localizada em Lumiar, a horta se encontra em um terreno de 500m², pertencente e gerido pelo Ponto de Cultura Oficina Escola Mãos de Luz⁴³. A interação da comunidade local, que passou a se interessar pelo trabalho, trocando mudas e, em alguns casos, participando dos mutirões, evidenciou o potencial pedagógico de uma horta comunitária agroecológica. Além disso, iniciativas educacionais infantis passaram a ocorrer no espaço para atividades com crianças, contando com a sensibilização de experiências como sentir os cheiros de ervas aromáticas, degustar frutas colhidas no pé e colocar a mão na terra fértil.

Figura 8: Foto do início do projeto Jardim de Luz em Lumiar, Nova Friburgo, RJ. 2021.



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

⁴³ A Oficina Escola Mãos de Luz foi fundada e construída em 2000 por pessoas, em sua maioria neorrurais, preocupadas em promover educação e cultura em Lumiar. Atualmente o espaço conta com oficinas, encontros culturais, produção de broa de plantas, aulas de capoeira e dança, apresentações de Bumba meu Boi, iniciativas educacionais infantis entre outros.

Paralelamente a esta experiência, passei a observar a existência de quintais, ou mesmo terrenos baldios, com hortas em muitas casas de São Pedro da Serra e Lumiar. Algumas são cultivadas por moradores nativos que mantêm o hábito de plantar, seja para parte do autossustento, seja para comercialização em pequena escala, outras ainda são feitas por jardineiros nativos em casas alugadas por pessoas de fora.

Ao longo de minha pesquisa observei que, apesar do processo de modernização da agricultura, a relação com os ciclos da natureza e os saberes tradicionais ainda se fazem presentes entre alguns moradores nativos. Um exemplo disso é o trabalho do coletivo Grãos de Luz (CILENTE, 2022). Este grupo, que atualmente conta principalmente com integrantes neorrurais, se dedica a estudar os conhecimentos de ervas e plantas medicinais reproduzidos por antigos moradores da região, revelando um saber local sobre a diversidade e potência das plantas que em muito difere da lógica da agricultura convencional e que ainda é utilizado até mesmo por agricultores que passaram a usar agrotóxicos.

Ainda hoje é notável certa oposição entre produtores oriundos “da terra”, em sua maioria adeptos da agricultura convencional, e aqueles que “vêm de fora”, trazendo seus ideais de práticas sustentáveis. Esta diferenciação, apesar de existente, não deve ser pensada de forma absoluta, nem entre seus agentes, nem entre suas práticas. Mesmo em um cenário de transformações ainda é possível reconhecer práticas de agricultura tradicional camponesa, anterior à convencional e desenvolvida em geral por pequenos produtores a partir da agricultura familiar e de subsistência. Sendo esta a principal forma de cultura ao longo da história, suas técnicas são baseadas nos conhecimentos e tradições da comunidade. No caso da presente pesquisa, identifiquei técnicas tradicionais como a cobertura do solo com matéria vegetal (o que nutre o solo e impede seu ressecamento), uso do calendário lunar para plantio, o uso de diferentes tipos de caldas como a de tabaco (para combater combater pulgões, lagartas, ácaros e cochonilhas), o uso controlado do fogo (pousio)⁴⁴ e o plantio em consórcio⁴⁵. Conversei sobre esse assunto com

⁴⁴ Segundo Palm (2021) o uso controlado do fogo através da técnica do Pousio foi comprometido em parte pelo parcelamento das propriedades que passaram a contar com menos espaço para áreas de descanso do solo. Soma-se a isso as burocracias legais necessárias à prática, nem sempre acessíveis aos agricultores. Não tive acesso a nenhum agricultor que fizesse uso desta técnica, porém pude observar, a distância, em mais do que uma ocasião, o uso de fogo em algumas plantações em encostas da região.

⁴⁵ O plantio em consórcio se caracteriza pelo cultivo de duas ou mais plantas ao mesmo tempo no mesmo local. Além do aproveitamento espacial o consórcio permite uma interação benéfica entre

Marcelo, engenheiro florestal e coordenador da horta comunitária Jardim de Luz. Segundo ele, o fato da agricultura convencional local ser de pequena escala faz com que estes agricultores ainda mantenham uma relação próxima com a terra:

Então, mesmo que elas tratem a terra de certa forma meio mal, elas também não é nada preto e branco, assim, né? Pelo menos da forma que, imagino, seja em Goiás, um agricultor de soja, normalmente não deve nem tocar em um pedaço de terra. Aqui não é o caso, né? É uma relação muito mais mão na terra, literalmente.

Pude constatar esse fato em uma conversa com José, comerciante e agricultor convencional local que não se disponibilizou a ser entrevistado. Nossas conversas se davam a partir do meu interesse em fazer minha própria horta e, com ele, tirava muitas dúvidas sobre técnicas de plantio. Em determinado momento, o agricultor compartilhou comigo que utilizava o calendário lunar para o plantio de algumas culturas, como no caso dos tubérculos que, segundo ele, deveria ser plantado sempre no período de seis dias antes a seis dias depois da lua crescente. José contou que este conhecimento foi passado de geração em geração por agricultores locais.

Outro exemplo de prática híbrida entre convencional e tradicional é o caso de dona Augusta, antiga agricultora nativa da região (que pediu para não ser identificada). Em nossas conversas, me revelou que utilizava produtos naturais, como caldas feitas com tabaco, para repelir pragas de suas plantações, técnicas utilizadas pela agricultura tradicional. No entanto, segundo ela, em algumas situações utiliza agrotóxicos, como no cultivo de tomates.

Feita esta consideração sobre a existências de casos de práticas mistas, é relevante notar que entre a rede de produtores entrevistados que não usam veneno de forma alguma, apenas Ailson é nativo da região. Sua história de transição agroecológica é admirável e se soma aos casos de agricultores nativos que adotaram a transição agroecológica a partir de um caso grave de saúde. Ailson começou a plantar utilizando venenos ainda criança com o pai, até que, por volta dos 20 anos, sofreu uma intoxicação grave por conta do uso de agrotóxicos, o que lhe causou por anos sequelas físicas e neurológicas. Ele relembra esse tempo como um momento difícil e, no início, dizia não enxergar alternativas. “Chega uma certa

certas espécies, ajudando a combater pragas, na produção de nutrientes para o solo e na retenção de umidade.

hora que você fica imaginando, que eu vou parar com veneno, o que que eu vou fazer? Naquele tempo atrás, você não tinha tanta saída não”.

Felizmente, Ailson encontrou uma alternativa no cultivo de cogumelos, uma prática sustentável. Também se associou à feira agroecológica Alumiar, na qual, a partir de mutirões, passou a aprender e acreditar no plantio sem veneno. Hoje, plenamente saudável e feliz, conta orgulhoso sua história, sempre muito simpático e receptivo. Ouvi sua trajetória durante uma visita à sua casa e local de produção onde fui recebido amigavelmente com bolo de fubá e suco de laranja. Admirado com a história de Ailson, penso o quanto a transição agroecológica e a conquista de sua saúde e felicidade fazem parte de um mesmo movimento em direção a uma vida próspera e potente.

Figura 9: Ailson me mostra orgulhoso seus belos cogumelos shitakes e shimeji. Lumiar, Nova Friburgo, RJ. 2022.



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

Certamente conhecer Ailson e sua história foram uma experiência inspiradora para mim. Entretanto, é importante também considerarmos as dificuldades encontradas tanto neste caso quanto em outros que serão aqui apresentados. Assim como Ailson, que complementa sua renda trabalhando em obras, a maioria dos entrevistados possuíam uma fonte de renda secundária, necessária para se manterem (consultoria ambiental e educação infantil, são alguns exemplos destas atividades complementares). Como constatado durante esta pesquisa, o trabalho de uma produção agroecológica é intenso e necessita de muito empenho. Apesar do admirável trabalho destes agricultores e de suas redes de apoio, não podemos cair no risco de romantizar essas práticas, sendo fundamental lançar um olhar crítico sobre as condições ou a falta de condições que sustentam e apoiam tais iniciativas.

É contraditório que produtores que permitem uma alimentação saudável para a população e sustentável para o meio ambiente, tenham mais dificuldade do que aqueles que historicamente recebem subsídios e apoio para compra de agrotóxicos e práticas convencionais (PALM, 2021)⁴⁶. De forma geral, observei que as atividades agrícolas destes produtores agroecológicos vem encontrando dificuldades em se manter e não podem depender unicamente de redes autônomas, sendo necessário que haja políticas públicas que fortaleçam tais práticas.

Dadas as dificuldades conjunturais, no momento de minhas entrevistas, três dos seis produtores haviam paralizado temporariamente, ou interrompido em parte, a comercialização de seus plantios. Nina, agricultura agroflorestal e produtora orgânica (certificada), conta que só em 2022 cinco agricultores orgânicos certificados de Nova Friburgo haviam encerrado suas atividades. Relatou observar certo cansaço entre os produtores agroecológicos e descreve esta situação com o termo “insustentabilidade psicológica”. Depois de 10 anos de trabalho com venda de cestas agroecológicas, constata que a necessidade de responder todas as demandas do autoempreendedorismo (marketing, distribuição, produção, etc.) a haviam exaurido.

A gente começa a perceber que é isso. Ninguém aguenta produzir, beneficiar, vender e ainda fazer a logística do produto até o consumidor. Isso é muitas atividades, é muito gasto de cabeça e a galera fala, "não, mas eu faço", aham, eu fiz 10 anos, agora cadê a sustentabilidade disso? Não faço mais um ano isso.

⁴⁶ Apesar da criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) em 2012, a maioria dos produtores entrevistados não é beneficiada por nenhum auxílio público. Tratarei adiante um pouco do que pude acompanhar sobre a impossibilidade destes auxílios.

Fica evidente que mesmo uma pessoa com conhecimento acadêmico (formada em biologia e mestre em ecologia) e prático sobre a área, casada com um companheiro que também teve acesso à educação superior, parece estar suscetível à lógica de um sistema capitalista voltado para iniciativas individuais e carentes de políticas públicas. No contexto de precariedade de políticas de apoio e de uma lógica de produção individualista, Nina relata sua intenção de criar uma rede de agricultores orgânicos que pudessem atuar junto a partir de algum modelo de cooperativismo.

O que a gente tá sentindo necessidade e tá pensando até umas formas de se estruturar é de realmente fazer uma... Como se fosse uma cooperativa de produtores orgânicos pra juntar os produtores orgânicos que tem interesse de vender juntos, né? Pra que juntos a gente consiga pensar logística, pensar marketing, sabe? Ter alguém pra ficar em função disso, né?

Segundo a agricultora, este é um desafio a ser considerado em diversos níveis, inclusive em relação às interações humanas e afetivas dessas possíveis iniciativas. “Eu não vou me juntar numa cooperativa com pessoas que eu não confio, né? Eu falo eu, mas assim, eu tô dizendo eu como nós, qualquer um, qualquer pessoa não vai fazer isso, né? Então, precisa ter um certo cultivo de afeto.”

Não obstante a realização deste plano de trabalho em algum modelo de cooperativismo, é notável o “cultivo de afeto” por Nina e seu companheiro nas ações que permanecem atuando em seu sítio: Monte Cristo⁴⁷. No momento, apesar de terem interrompido a produção e distribuição de cestas orgânicas (contendo hortaliças, legumes e frutas), seguem, entre outras atividades⁴⁸, plantando frutas como banana e café para contribuir na cesta de outros agricultores ligados ao seu grupo de certificação orgânica, grupo esse que constitui um Sistemas Participativos de Garantias (SPG). O SPG surgiu como forma coletiva alternativa às certificações feitas por empresas terceirizadas ou mesmo públicas que possuíam um alto custo, desta forma agricultores formam um grupo onde a certificação é feita entre pares. Nina me conta como esse formato a ajudou a trocar conhecimentos e experiências com os outros participantes. Além disso, Nina participa ativamente da regional de agroecologia Serrana Leste, a qual será apresentada mais à frente.

⁴⁷ O sítio localizado em Trajano de Morais, foi incluído nesta pesquisa por comercializar para centros comerciais em São Pedro da Serra e Lumiar, além de sua participação na articulação agroecológica regional.

⁴⁸ Entre estas estão o cultivo de plantas aromáticas e o beneficiamento de produtos plantados, como a produção de geléia e doces, para comercialização.

Michele, agricultora que a época produzia na região de Vargem Alta, também ressalta como o trabalho para produzir sem veneno, pelo menos no início, é árduo e exige mais esforço físico do que a prática convencional. Apesar de mais danosa e dependente de insumos químicos, a prática convencional exclui o trabalho de capina através do uso de agrotóxicos. Ela explica que é necessário tempo para que o solo trabalhado gere biomassa suficiente para contemplar uma produção sem aditivos químicos, o que dificulta a atratividade de tais práticas em relação a produtores convencionais. Em muitos casos, a biomassa usada na cobertura do solo é obtida a partir da poda de plantas que passam por um processo de picagem. O uso de biomassa ajuda a proteger o solo do sol, conservando umidade e produzindo nutrientes. Esta técnica demanda um trabalho e dedicação que a agricultura convencional em geral busca substituir com o uso de fertilizantes químicos. Este é o caso de dois de seus vizinhos que, devido ao aumento dos custos do agrotóxico, a procuraram para conhecer modos alternativos de plantio, mas que não foram capazes de arcar com o esforço necessário para fazer a transição.

Michele relatou a sua experiência de mudar para um sítio em Vargem Alta (Lumiar) durante a pandemia onde produziu intensamente, junto de seu companheiro, ao longo de dois anos. Durante esse tempo iniciaram uma experiência conhecida como CSA (Comunidade que Sustenta o Agricultor) em São Pedro da Serra e Lumiar. Este modelo de iniciativa normalmente parte de um grupo de consumidores que se unem para garantir uma demanda de determinada quantidade de cestas mensais de produtos agrícolas por um determinado período de tempo. Nesse arranjo, geralmente o consumidor assume responsabilidade ou participação pela organização e logística de distribuição. No entanto, neste caso específico, a própria agricultora organizou o CSA, e acabou sobrecarregada no final de um ano de processo pela falta de apoio de outros agentes, dificultado pelo contexto de pandemia e pela inflação que aumentou seus custos de produção, como por exemplo, a gasolina. “Então tinha muitos lugares que a gente precisava ocupar, além de estar na terra plantando. E aí o negócio virou uma loucura. Tudo inflacionou, a gente não teve esse *feeling* de reajustar os valores”.

Durante o tempo de implementação do CSA, dois produtores agroecológicos que colaboravam com a produção de cestas abandonaram a iniciativa, entre eles um sítio que foi vendido para uma cadeia de supermercados. Nos últimos nove meses da experiência, Michele e seu companheiro tiveram que produzir sozinhos para

aproximadamente 20 famílias (vinte sacolas por semana). “Foi terrível, foi bem ruim, mas foi legal. (...) a gente só trabalhava e vivia estressado. Mas muito bom porque a gente viu o potencial que a gente tem, a gente não vai passar fome de jeito nenhum”.

Michele comenta ainda sua dificuldade de aumentar o preço de seus produtos, “ah, eu passo mal, sabe, de ter que cobrar caro em orgânico, porque, poxa vida, tinha que ser o completo contrário, né?”. Contudo, pondera ser necessário cobrar o justo pelo trabalho exigido. Como os preços não puderam ser ajustados por conta do acordo prévio, a iniciativa de CSA ficou insustentável e, ao final de um ano, teve que ser encerrada. A questão do preço permanece um desafio a ser enfrentado. Como democratizar o acesso à alimentação saudável e ao mesmo tempo valorizar o trabalho destes produtores? Michele me deu algumas pistas. Além de citar a necessidade de novas políticas de apoio, destaca o papel do consumidor em se engajar em formas colaborativas de produção, distribuição e de cobrança do poder público por políticas agroecológicas.

Outra importante iniciativa pesquisada neste trabalho é a feira Alumiar, que acontece todos os domingos em Lumiar. A feira pôde continuar a atuar durante a pandemia apenas com barracas ligadas ao comércio de alimentos. Passei a frequentá-la quando o isolamento social começava a se abrandar e as barracas de artesanatos e as apresentações musicais voltavam a acontecer. Atualmente (2023), a feira conta com mais ou menos vinte barracas. Entre conversas com agricultores em suas barracas e atividades culturais, a feira oferece, além do acesso a produtos agroecológicos, um agradável ambiente de trocas e lazer aos seus frequentadores.

Quatro dos seis entrevistados por esta pesquisa participam ou já participaram desta feira que existe há sete anos. A feira foi concebida a partir da criação da associação Alumiar. Entre outras funções, esta associação organizou mutirões nos espaços de seus produtores, iniciativa que segundo Ailton o ajudou a acreditar que a TA era possível. Nas palavras de Fonseca (2018), pesquisadora e também comerciante desta feira,:

A Feira ALUMIAR se consolidou na comunidade como um espaço de consumo de produtos regionais, com qualidade – produtos frescos – e grande variedade. Além disso, é um espaço que fortalece o associativismo, valoriza a cultura local e proporciona a troca de conhecimentos por meio de oficinas, mutirões e relação direta entre feirantes e consumidores (2018, p. 6).

Ao entrevistar diferentes produtores que participaram da criação da feira, pude perceber que a questão da confiança funciona como um importante conector entre produtores e consumidores. Sobre esse aspecto vale ressaltar que a feira não possui certificação orgânica, o que nos traz reflexões sobre a confiança dos consumidores sobre a não utilização de agrotóxicos nos produtos comercializados.

A possibilidade de certificação foi apontada por alguns como garantia de qualidade e forma de acessar e gerar incentivos de políticas públicas. No entanto, os participantes da feira optaram por não buscar a certificação orgânica, pois consideravam que já possuíam um relacionamento de confiança com seus consumidores. Além disso, alguns participantes da feira relataram não concordar com os critérios de certificação e, em alguns casos, não acreditarem em sua eficiência. Segundo Bira, comerciante da Feira, "todo freguês meu, eu digo assim, a hora que você quiser aparecer, qualquer hora você vai ver o que é o meu trabalho".

Entender até que ponto a certificação de orgânicos podem beneficiar estes produtores e até onde o processo de certificação não atende ao interesse dos mesmos me parece ser uma questão relevante a ser investigada. Ser agroecológico envolve um posicionamento político que pode ser pensado de acordo com cada contexto. Afirmar tal posicionamento pode ou não se dar através da certificação de orgânicos (que envolve uma série de critérios técnicos para ser oficializada), porém, ao prescindir de certificações, os agricultores ficam desprovidos de uma regulamentação que possa vir a beneficiá-los através de políticas públicas. Soma-se a esta questão o fato de alguns dos produtores participantes da feira não conseguirem ou não buscarem se enquadrar como Agricultura Familiar, o que reduz ainda mais a possibilidade de apoio público.

A fim de me aproximar de discussões referentes a políticas, direitos e leis que possibilitem o desenvolvimento da agroecologia, busquei me aproximar e participar dos encontros da regional de agroecologia Serrana Leste pertencente à Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro (AARJ) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A regional cobre a região de Nova Friburgo, Duas Barras, Trajano de Moraes e Conceição Macabu e participam do grupo tanto agricultores locais como técnicos de empresas públicas e privadas ligadas à agricultura como a Emater, a Embrapa e a Abio.

Particpei das três primeiras reuniões presenciais pós-pandemia. Logo na primeira reunião foi apresentado a todos os participantes (alguns, como eu,

iniciantes no grupo) o histórico de luta e de articulação política que, iniciado com os primeiros Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs) em 1980, culminam com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e suas subdivisões regionais. Esta apresentação foi importante para situar muitos dos novos participantes a respeito do caráter eminentemente político do movimento e a seriedade e consistência do trabalho feito até o momento. Durante o encontro foram distribuídas bandeiras que ilustram algumas das lutas da agroecologia.

Dentre estas bandeiras estavam os seguintes dizeres: “sem feminismo não há agroecologia”, “juventude que ousa lutar constrói o poder popular!” “água não é mercadoria”, “agrotóxico mata” “,comida de verdade no campo e na cidade”, reforma agrária:pela defesa da terra e dos territórios”, “a causa indígena é de todos nós”, o Brasil é quilombola. nenhum quilombo a menos”, “água vale mais do que minério”, “comunicação é um direito! calar jamais”, “agricultura urbana: plantando e colhendo vida na cidade”, “agroecologia saúde ”, “se tem racismo não tem agroecologia” e “se há lgbtphobia não há agroecologia”.

Figura 10: Primeira reunião pós pandemia da regional de agroecologia Serrana Leste, São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ. 2022.



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

Os três encontros contaram com conversas e visitas a locais de produção dos participantes onde foram trocados relatos de experiências e conhecimentos técnicos. Dentre os temas abordados estavam: soberania alimentar, técnicas agrícolas sintrópicas, espécies vegetais interessantes para produção orgânica e agrofloresta, estratégias de restauração do solo, certificação participativa e beneficiamento de produtos. Além das trocas de experiência foram também debatidas em conjunto estratégias diversas para valorização da agroecologia, como pressionar o poder público para criação de políticas de apoio, criação de feiras e organização de eventos ligados à agroecologia.

A importância de se cobrar a gestão pública se traduz, por exemplo, no projeto criado pela ANA, Agroecologia nas Eleições 2022, que elaborou um conjunto de propostas para fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia e promover a

segurança alimentar e nutricional. Tais propostas estão reunidas em uma carta de compromisso e durante o período eleitoral foram organizadas conversas com diferentes candidatos que apresentaram seu engajamento com a pauta agroecológica. Tais conversas aconteceram principalmente no espaço Casa dos Saberes, coordenado por Lia Caldas, umas das participantes da regional Serrana Leste⁴⁹.

Como exemplo de lei de apoio a agroecologia a ser aprovada destaco o Projeto de Lei estadual 4.278/21, do deputado Flávio Serafini (PSol), que determina a aplicação de 2,5% dos recursos do Fundo Especial de Controle Ambiental (FECAM) para implementar a Política Estadual de Desenvolvimento Rural, Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica (Peapo). Este projeto, já aprovado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), aguarda apenas aprovação do governador Cláudio Castro, sendo necessário que haja cobrança por parte da sociedade para sua aprovação.

Além disso, graça a mobilização de integrantes da Serrana Leste em parceria com a AARJ, o Município de Nova Friburgo foi incluído no projeto Agroecologia nos Municípios⁵⁰ da ANA. Graças a acessoria de um técnico concedido pela ANA foi possível a elaboração de um Plano de Incidência para ações que viabilizem a agroecologia em Nova Friburgo e a criação de uma proposta de Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Nova Friburgo (PMAPO). Esta lei, contudo, depende ainda de mobilização política por parte da sociedade para que seja assinada.

⁴⁹ Tanto a carta compromisso quanto os políticos (eleitos ou não) que a assinaram estão disponíveis no site www.agroecologia.org.br Acesso em: 28 abr 2023.

⁵⁰ Tal projeto “tem como objetivo promover, apoiar e sistematizar processos de mobilização e incidência política no nível municipal visando a criação e o aprimoramento de políticas públicas, programas, projetos, leis e experiências municipais importantes de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional e que fortalecem a agroecologia.” Disponível: <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/> Acesso 18 mai 2023.

Figura 11: Encontro e troca de experiência entre participantes da regional de agroecologia Serrana Leste. Dr. Elias, Trajano de Moraes, RJ. 2023.



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

4.2 Considerações sobre paisagens contaminadas

Participar dos encontros da Serrana Leste me fez notar mais uma vez a ausência de agricultores nativos da região no movimento agroecológico. Conversei sobre esse assunto com Bira, agricultor agroecológico e um dos fundadores da feira Alumiar. Visitei sua casa e local de produção durante um dia de chuva forte. Doutor em Ciências Políticas, muito loquaz e bem humorado, Bira se mostra preocupado com o alcance do movimento agroecológico aos produtores de baixa renda nascidos na região. Relata que sempre fez questão de participar das comemorações e festas locais, além de ter participado da Associação de Agricultores de São Pedro da Serra. Contudo, ressalta como esse movimento ficou muito mais difícil a partir da eleição do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e que, por essa razão, atualmente⁵¹ tem mais dificuldade de interagir com muitos dos agricultores locais.

⁵¹ Entrevista realizada em dezembro de 2022.

A oposição entre os originários de famílias locais e os recém-chegados é observada desde a abertura da região para o turismo na década 1980 e se acirram a partir dos conflitos em relação às questões ambientais na década de 1990 (CARNEIRO; PALM, 2016). Entretanto, o contexto político no qual essa pesquisa foi feita (eleições à presidência de 2022) talvez tenha dado novos contornos para tal oposição, possivelmente, em alguma medida, a agravando. Pude observar esse fenômeno em algumas situações como, por exemplo, as eleições da associação de moradores no início de 2023, chamada por muitos como "terceiro turno". De um lado, havia uma chapa que afirmava representar os interesses conservadores dos moradores nativos, enquanto do outro lado, uma chapa com ideais ditos mais progressistas, contava com a participação de muitos neorrurais⁵². Também houve o caso, meses antes das eleições, de um áudio que se espalhou na região de um conhecido representante dos agricultores locais (ligado à chapa vencedora) que incitava à uma guerra civil, convocando a comunidade a pegar em armas caso Jair Bolsonaro perdesse as eleições de 2022. O autor do áudio foi denunciado e levado a prestar depoimento na delegacia e em seguida fez um novo áudio com um pedido público de desculpas.

Esta polarização também se faz presente na questão da agricultura. Tal hipótese, contudo, parte de relatos indiretos de outros produtores, considerando que esta pesquisa não contou com a entrevista de agricultores convencionais. Cabe mencionar, entretanto, que tentei entrevistar pelo menos um desses agricultores, mas devido à sua falta de disponibilidade a conversa se limitou às visitas ao seu local de venda e conversas rápidas sobre seus produtos, dicas de cultivo e algumas poucas considerações acerca do uso de agrotóxico. Apesar de se tratar de uma família de produtores antiga e notória pelo seu amor ao ofício, fica evidente a crença absoluta na dependência de agrotóxicos, como foi afirmado pelo agricultor: "o agricultor precisa de agrotóxicos assim como o carro precisa de gasolina para andar". Essa afirmação denota uma verdadeira crença em certo modelo de agricultura que se opõe aos modelos alternativos trazidos pelas pessoas que vem de fora, oposição essa que muitas vezes vem acompanhada de posicionamentos

⁵² A chapa vencedora foi a mais alinhada com uma perspectiva conservadora de direita. Atualmente (2023) as reuniões de moradores continuam sendo palco de confrontos entre posicionamentos ideológicos como no caso da tentativa fracassada da associação criminalizar um bloco de carnaval organizado majoritariamente por neorrurais. Entretanto é curioso observar que frente a desafios comuns aos dois lados, como construção de crestes e saneamento básico, as diferenças parecem se reduzir, mostrando a possibilidade de ações políticas conjuntas.

políticos, tendo o agricultor feito, na ocasião desta conversa, uma defesa em prol de Bolsonaro (presidente na época), mesmo que esse assunto não tenha sido trazido por mim.

A polarização existente entre os diferentes tipos de agricultura parece ser um desafio importante a ser pensado. Recorrendo ao conceito de contaminação de Tsing (2022), podemos pensar como determinado emaranhado de agenciamentos possibilita um movimento em direção a transição agroecológica local. Partindo do princípio de que “a pureza não é uma opção” (2022, p.73), tanto em relação a agentes humanos quanto não humanos, nos resta a aposta em encontros capazes de gerar contaminações que nos transformem, abrindo espaço para criação de projetos de novos mundos.

Em relação à questão da divisão entre os “de fora” e os nativos é importante notar que aqueles que se identificam como “nativos da região” na verdade tem suas histórias advindas do continente europeu, com contribuições importantes de culturas de povos originários e africanos. Observando a complexidade destas relações, faço eco às reflexões de Marcelo (Jardim de Luz). Assim como eu, Marcelo chegou à cidade durante a pandemia. Ele destaca a ironia do fato de pessoas vindas de fora absorverem práticas locais (indígenas e quilombolas), antes de absorverem práticas de fora (Revolução Verde) e agora se mostrarem reativos à práticas realizadas por pessoas neorrurais que, inclusive, buscam reproduzir conceitos tradicionais:

Mas eu percebo, por exemplo, que todo mundo usa, por exemplo, o calendário lunar para plantar as coisas. As pessoas gostam de plantar mandioca na lua crescente, gostam de colher o bambu na lua minguante. Então, mesmo essa sabedoria científica, que também é curioso, né? Porque assim, todas essas práticas de aplicar Roundup, aplicar fertilizante, adubo químico e tudo mais, essas práticas não foram desenvolvidas aqui na roça, sabe? (...) Então fica essa posição engraçada de pessoas que já usam de uma sabedoria que não foi desenvolvida por eles, que hoje em dia se recusam a receber sabedoria que não foi desenvolvida por eles. Que é uma sabedoria atualmente mais antiga, que é de mesclar com a natureza e tal.

Me interessa assim pensar quais formas de composição entre estes diferentes agentes poderiam ser criadoras de bons encontros. A partir do trabalho de Juliano Palm (2021) soube de uma interessante pesquisa participativa de pesquisadores da Embrapa Agrobiologia do Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA) em Nova Friburgo com agricultores convencionais da Região Serrana do Rio de Janeiro. Com o foco de combater a hérnia crucíferas, protozoário que prejudicava cultivos de grande importância comercial, como a couve flor e o

brócolis, os pesquisadores trabalharam no sentido de introduzir o uso de adubação verde e aveia preta. Segundo Palm (2021), a adesão à tais práticas talvez tenha relação com a semelhança à outras práticas tradicionais ainda presentes nas memórias destes agricultores, como a prática do pousio ligada à adubação verde e o uso de milho, que, assim como a aveia preta, é utilizado para recuperar o solo.

A forte dependência dos moldes de mercados destes produtores, caracterizada pela rápida rotação dos cultivos e reduzida mão de obra, fez com que estes agricultores convencionais passassem a utilizar tais práticas alternativas de forma concomitante à utilização de agrotóxicos. Desta forma o uso de aveia preta e adubação verde contribuiu para redução de agrotóxicos, mas esbarrou nas limitações impostas pelo modelo de comercialização. Este me parece ser um belo exemplo de prática cosmopolítica (STENGERS, 2018). A partir das alianças possíveis, sem se ignorar a multiplicidade e diferenças culturais, foi possível apontar para resultados práticos concretos. Projetos como este me parecem de grande potencial, mas dependem da força e apoio do poder público.

Pude constatar nesta pesquisa que diante da ausência de assistência técnica para uma agricultura sustentável existe a tentativa de alguns agricultores de se estabelecerem como exemplos práticos de que é possível uma agricultura sem veneno. No entanto, também ficou claro que, mesmo para os agricultores agroecológicos, as condições que possibilitam a prática agrícola sustentável não estão seguras. As experiências colhidas nesta pesquisa nos dão exemplos de redes de trocas de afetos capazes de resistir em meio a um contexto político nada favorável no período desta investigação⁵³, mas também nos mostram a carência de políticas públicas capazes de apoiar e multiplicar tais experiências.

4.3 Agentes não humanos

Caminhando pelas hortas e plantações que visitei durante esta pesquisa, pude conhecer e aprender na prática sobre modelos agrícolas sustentáveis. Experimentei sabores de frutos e plantas colhidos na hora, coloquei a mão na terra e senti a fertilidade do solo e a potência de estar em um ambiente onde diversos elementos interagem de forma colaborativa. Nestes espaços a diversidade de

⁵³ Todas as entrevistas foram feitas em 2022, durante o governo Bolsonaro.

culturas são consorciadas, uma beneficiando a outra, seja pela troca de nutrientes, sombra ou controle de pragas. Como diz Ailson:

Uma ajuda a outra, é igual o jiló, o jiló que você plantar um tantinho de jiló. Você plantar 100 pés de jiló junto, você não vai colher um jiló. Vira tudo em doença. Aí você planta uma carreira aí, um pé aí, outro lá adiante, longe um do outro, aí você consegue colher alguma coisa. Aí você faz aquela coisa, você planta o jiló, planta um milho, planta alguma coisa assim que aí você consegue colher alguma coisa. Um separando o outro.

Tais trocas e arranjos se dão muito além do universo humano e envolvem diversos agentes não humanos essenciais para nossa sobrevivência. Sementes, a interação entre adubos e microorganismos, elementos como o vento e a chuva também são responsáveis pelo crescimento daquilo que servirá de alimento e fazem parte fundamental de um verdadeiro emaranhado multiespécie (TSING, 2019) que compõe a interação entre humanos e não-humanos. Nas palavras de Marcelo:

E acaba que as pessoas, atualmente, não entendem que solo é uma vida também. Não é só terra, não é só um agrupamento de areia e argila, que tem determinados minerais, tem toda uma dinâmica acontecendo ali de raízes, de minhocas, de fungos, de bactérias que estão movendo todos os nutrientes. Enfim, é uma série muito complexa de coisas que essa agricultura convencional tenta simplificar, só que é impossível de simplificar.

Temos ainda a agência da geografia local, montanhosa e fria, que me parece ter sido fundamental para que o local ficasse isolado das iniciativas de plantação de cafeeiros no período colonial e para conter parte do avanço de técnicas oriundas da Revolução Verde. Esse mesmo cenário resultou no isolamento de famílias que, embora tenham vivido em situação humilde e auto sustentável, em alguns casos, agora são agentes da exploração imobiliária devido à valorização de suas áreas preservadas. Ironicamente, essa valorização vem se tornando, através do loteamento desenfreado, um risco para a própria preservação local.

Um exemplo de interações multiespécie entre humanos e não humanos é a já citada história de superação de Ailson que acompanha seu encontro, primeiro com o agrotóxico e depois com os cogumelos e a agricultura agroecológica. Outro caso é o de Diogo, agricultor neorrural. Durante nossa conversa me contou que conheceu a palmeira da jussara em uma de suas primeiras visitas ao campo no período de faculdade de biologia e até hoje trabalha com ela. Desde então, se encantou com essa espécie, aprendendo rapidamente a subir em sua copa para tirar seus frutos (que produzem uma polpa similar a do açaí). Para Diogo, a jussara, além de bela, é um exemplo da lógica agroflorestal, pois, sendo impossível de se

desenvolver em monocultura, há a necessidade de cultivá-la com outras culturas para que possa se desenvolver:

(...) foi amor à primeira vista, velho. E tipo assim, desde a primeira vez eu consegui aprender a subir na Palmeira. E não parei mais, velho. Continuei processando e achei que aquilo pudesse ser também a minha forma de vida. Porque a jussara tem tudo a ver com a agrofloresta. Porque você não planta jussara em monocultura. Você só consegue plantar jussara em sistema agroflorestal. E seja um sistema agroflorestal simples de banana com jussara, mas você tem que plantar em agrofloresta. Então isso também é uma das minhas paixões. A jussara é uma parada que...E aí eu consegui, quando eu mudei para o sítio, a gente fez um barracão aqui que seria a cozinha de processamento.

Este é um exemplo das estranhas alianças propostas por Read (2014) a partir de sua análise de Deleuze e Guattari. Alianças que não constituem propriamente uma identidade, mas um devir. No caso, talvez, um devir jussara, constituído por uma troca afetiva que desestabiliza as supostas hierarquias entre humanos e não humanos. Tanto Diogo quanto as jussaras coletadas e cultivadas por ele parecem ter um novo lugar após esse encontro entre humano e palmeira: ele passa a ser agrofloreteiro e a jussara se torna um produto a ser reconhecido e valorizado localmente.

Nina também conta com orgulho como, junto de seu companheiro, transformou um terreno de pasto com solo empobrecido em uma área de floresta ao longo de 10 anos. Usando a técnica da agrofloresta, Nina começou com hortas que produziram centenas de cestas com hortaliças, legumes e frutas que alimentaram diversas famílias. Essas áreas de hortas foram criadas em consórcio com áreas de mudas de árvores. O solo adubado da horta ajudou as árvores a crescerem, enquanto as árvores ajudaram a aumentar a nutrição do solo, que hoje está reflorestado. Este é um exemplo de uma prática que gera histórias de colaboração tecidas em meio à diversidade.

Figura 12: A imagem mostra a diferença entre o terreno reflorestado por Nina e seu companheiro e o terreno do vizinho que segue sendo pasto. Trajano de Morais, RJ. 2022.



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

Como contraponto à monocultura e a impossibilidade de contaminação do modelo agrário convencional, práticas de cunho agroecológico nos mostram a possibilidade de implicação de seus agentes. Durante o trabalho de campo ficou evidente que, para os entrevistados, o ato de plantar possuía um significado muito além de uma simples mercadoria. Mesmo entre aqueles que haviam interrompido suas atividades comerciais, plantar a própria comida continuava a ser algo de grande relevância, apontando para uma prática que resiste à alienação do trabalho em mera *commodity*. Alienação essa que faz parte do que Tsing (2022) caracteriza como lógica da escalabilidade, que permeia as práticas comerciais desde a criação

das *plantations*, marcadas pela busca incessante de expansão. A esse respeito Bira traz suas reflexões sociais:

O negócio exige muito, mas o retorno é muito bom, a qualidade de vida, e você saber o que está fazendo. Em termos de trabalho, você supera uma coisa que é típica da ordem que a gente vive no capitalismo, que é a não alienação do trabalho, né?

A alienação na lógica convencional não se restringe a humanos, mas se estende aos não humanos que passam a existir de forma autocontida, sem a possibilidade de contaminações capazes de mútua afetação. É o caso das monoculturas cultivadas a partir de agrotóxicos que impedem que a vida se contamine e se multiplique. Como contrapartida a este modelo, esta pesquisa remete o leitor às hortas produzidas por esses agricultores agroecológicos pesquisados, com sua biodiversidade exuberante, onde as plantas fornecem umas às outras as condições para uma vida sustentável a partir de trocas de nutrientes, fornecimento de sombra e matéria orgânica.

Figura 13 Aqui vemos um Sistema Agroflorestal criado por Nina e seu companheiro. Bananeiras, mudas de café e palmeiras (entre outros) sobrevivem a partir da colaboração. Trajano de Moraes, RJ.



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

Figura 14: Ainda no terreno de Nina, encontramos rabanetes, abacaxis e rúculas colaborando entre si para um solo mais rico e biodiverso. Trajano de Moraes, RJ. 2022.



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

4.4 Motivações e afetos agroecológicos

Durante o trabalho de campo busquei uma análise dos afetos baseada nas concepções de Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 1996), o que me levou a um duplo entendimento das linhas de força micropolíticas (moleculares) e macropolíticas (molares), sendo as duas indissociáveis uma da outra. Nesse sentido, as afecções possíveis são sempre condicionadas por fatores que transcendem elas próprias, como, por exemplo, as leis que envolvem determinado conjunto de práticas, as condições sociais dos agentes envolvidos ou mesmo a geografia e história biossocial a qual pertencem seus diversos agentes humanos e não humanos. Ao mesmo tempo há sempre a possibilidade de rupturas destas condições, invenções que nos apontam para a importância de práticas moleculares,

micropolíticas. Tais questões atravessam os mais diversos âmbitos da vida, sendo possível recorrer ao que Guattari chamou de ecosofia, como busca de articular uma política-ética que envolveria três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana (GUATTARI, 1990).

Nesse sentido também as motivações alegadas pelos sujeitos desta pesquisa podem ser analisadas a partir de uma perspectiva bio psíquico social, com fatores que nem sempre se limitam à falas individuais, o que me levou a fazer uma divisão entre análise das motivações declaradas e uma análise dos afetos enquanto campo de força pré e trans individuais (DELEUZE; GUATTARI, 1996; READ, 2022).

Entre as principais motivações alegadas estão os ideais de relação com a natureza:

Mas aí o que me motiva mais, que me trouxe assim, eu acho que é essa conexão mesmo, sabe? Viver da terra, viver com a terra, então isso assim, se for resumir mesmo, é isso. Vida integral mesmo, poder estar integrada à natureza interior e exterior, que eu acho que se retroalimenta, né? Tirar essa separatividade, né? (Nina).

Não tem ser, situação, coisa que...Que expresse mais os valores que eu acredito, enquanto necessários, pra educação de uma nova civilização, do que a terra. Não tem. Ela traz todos os valores. A generosidade, a doação, o compartilhar, o cuidado, a calma, a espera...Tudo isso é a terra que traz, sabe? É a vivência com a terra que traz. (Michele)

A produção de auto sustento de alimento sem veneno:

E uma das minhas motivações, assim, que vai às vezes até além do que pode, é essa questão da autossuficiência, né, velho? De você poder comer daquilo que você planta, né, velho? Esse valor, ele é imensurável, cara. (Diogo)

Questões ideológicas e busca de modos de vida alternativos aos dos centros urbanos:

Claro que tem motivação ideológica. A motivação existencial e ideológica para o que se está fazendo. Sempre acreditei nisso (...) E vale a pena. Cara, a cidade...O sentido da cidade de Polis, como Polis, ela não existe mais. Não é um local de política, cultura, de atuação. Na verdade, a megalópole ela aliena as pessoas. Ela isola as pessoas. Você vive em ilhas. E, sem falar, qualidade de vida. (Bira)

E a busca por saúde:

E aí foi a única coisa que funcionou, foi parar de trabalhar com veneno. Que o veneno tava me comendo mesmo. Que eu não paro, hoje eu não tava aí não. (Ailson)

Estas falas ilustram motivações compartilhadas pela maioria dos participantes desta pesquisa. Cabe, entretanto pensarmos como tais motivações se inscrevem em um campo de afecções que transpassam os sujeitos pesquisados. Destaco algumas considerações sobre a condição da maioria de meus entrevistados: neorrurais, de classe média, com alguma formação acadêmica.

O movimento de agricultura alternativa, impulsionado na Região Serrana do Rio de Janeiro desde as décadas de 1970, demonstra ser uma ruptura frente às linhas de forças que atuavam fortemente contra a imposição comercial e cultural de uma agricultura planejada e fomentada pelo poder público e por empresas privadas (nacionais e internacionais) ligadas ao ideal de Revolução Verde. Esta ruptura e o ativismo de seus agentes é narrada em seu percurso nem sempre linear por Palm (2021). No ponto em que encontro meu campo e no recorte deste (São Pedro da Serra e Lumiar) constato que os agentes envolvidos em um processo de transição agroecológica continuam dependendo principalmente de um ativismo micropolítico, recorrendo à formas contra hegemônicas de atuação.

Tais iniciativas, contudo, parecem tanto esbarrar nas dificuldades estruturais em que se encontram, quanto demonstrar limitações e restrições em relação às condições possíveis de ampliação e multiplicação dessas experiências. Nesse sentido, a maioria dos entrevistados contava com certa condição material para investir em suas iniciativas (mesmo que isto implique em um trabalho árduo). É notório também, entre a maioria dos participantes, a interferência da formação acadêmica intelectual na construção de seus ideais. Mesmo considerando que a consciência política e a busca por valores ligados à natureza e à saúde não sejam exclusividade de formação acadêmica⁵⁴, na região estudada me parece ser um fator considerável para construção dos ideais dos sujeitos entrevistados.

O conhecimento acadêmico pode ser pensado como um facilitador no sentido de acesso à técnicas e experiências bem sucedidas e enquanto formador de reflexão crítica em relação a inúmeros fatores envolvendo a agroecologia, como os perigos ambientais e sanitários do uso de técnicas convencionais e agrotóxicos. Mesmo com as críticas feitas por alguns sobre a falta de conexão entre prática e

⁵⁴Como podemos ver no exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), um dos atuais movimentos agroecológicos e sociais mais importantes do Brasil. Apesar de atualmente contar com contribuições acadêmicas, historicamente o MST têm sua principal força política advinda de camadas populares da população.

realidade, os diversos cursos de graduação e pós-graduação, projetos de extensão, livros e trabalhos acadêmicos citados pelos entrevistados, parecem dar pistas do papel importante das universidades e do ensino acadêmico enquanto propagador de teorias e práticas politicamente responsáveis. Admitir tal fato, contudo, não nos isenta da pergunta sobre o quanto estes esforços estão sendo capazes de atingir aqueles que não têm acesso ao conhecimento acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências apresentadas por esta investigação nos dão exemplos de práticas de transição agroecológica que se formaram a partir de colaborações e da capacidade de gerar diversidade. Dentre as experiências estudadas destaco: a feira e Associação Alumiar, o grupo de SPG de certificação de orgânicos, as CSA e as diversas relações entre elementos humanos e não humanos que as permeiam.

Dentre as motivações para realização de práticas agroecológicas identificadas pelas pessoas entrevistadas nesta pesquisa estão: os ideais de relação com a natureza, produção de auto sustento de alimento sem veneno e busca por saúde e modos de vida alternativos aos dos centros urbanos. Tais motivações advêm de um processo histórico que remonta o final da década de 1970 e início de 1980 quando, a partir do aumento de discussões por parte da sociedade civil e de instituições de ensino acerca dos riscos de uso de agrotóxicos e a importância da produção de alimentos saudáveis, surgem as primeiras experiências de agricultura sustentável na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Dado este contexto, pode-se identificar que as motivações destes agentes estão atreladas tanto a um processo crítico aos moldes atuais de agricultura hegemônica quanto à busca por saúde e bem estar. A fim de acompanhar o processo destes atores foi feita uma investigação sobre a rede de afetos que constituem suas experiências. Nesse sentido, busquei descrever um pouco do emaranhado de encontros entre agentes humanos e não humanos que participam dessas redes, destacando a importância de relações de colaboração, diversidade e mútua afetação em oposição às práticas autocontidas que reduzem a agricultura à *commodities*.

Dentre os desafios enfrentados para a transição agroecológica estão a escassez de recursos oriundos de políticas públicas como, por exemplo, a falta de assistência técnica para modelos agroecológicos e a ausência de apoio para a mercantilização da produção. Tais dificuldades se agravam no caso de produtores que não se enquadram nem na categoria de produtor de orgânico certificado, nem, em alguns casos, na de agricultura familiar - o que dificulta o acesso às políticas públicas por estes produtores. Além disso, existem desafios inerentes ao processo de construção de redes autônomas, como o estabelecimento de vínculos afetivos entre seus participantes e a organização coletiva de seus arranjos. Dado este

cenário, conclui-se que estes atores atuam a partir de resistências e lutas que podem nos ajudar, pelo menos em parte, a pensar outros modos de vida possíveis como resposta à crise socioambiental em que vivemos.

A opção pela cartografia enquanto postura teórico metodológica me possibilitou acompanhar os processos assumindo o lugar que ocupo e minha implicação com este. Desta forma, os encontros aqui descritos fazem parte de um caminho possível e não tem a pretensão de representar a totalidade de experiências envolvidas no processo de TA local. Cabe ressaltar que esta pesquisa encontrou dificuldades devido ao cenário de pandemia e às restrições impostas pelo seu consequente isolamento social. Ao iniciar esta pesquisa, me senti tateando no escuro, pois estava recém chegado à cidade, vindo de uma vida em contexto urbano. Por vezes, não me via capaz de enxergar outras iniciativas agroecológicas, ou ainda, esbarrava na polarização que me alçava ao lugar de um "de fora".

A respeito da polarização entre os "de fora" e os "de dentro" acredito que trabalhos futuros possam avançar sobre a possibilidade de inclusão de agricultores convencionais nativos no processo de TA. O impacto das leis relacionadas à conservação ambiental na agricultura tradicional, ajudam a entender, em parte, a oposição de alguns agricultores nativos a modelos de agricultura mais sustentáveis. Contudo, ao longo desta investigação foi possível identificar pistas⁵⁵ de que esta oposição pode ter se acirrado nos últimos anos através de um alinhamento político com os ideais defendidos pelo governo Bolsonaro.

Contudo, talvez seja possível, a partir de uma abordagem que respeite a diversidade e multiplicidade de modos de vida e culturas, enxergar nesta polarização diferentes matizes de tipos de agricultura (contando inclusive com técnicas agrícolas tradicionais e conhecimentos comunitários). Conhecer tais realidades talvez possam nos ajudar a pensar estratégias de contaminação que motivem estes produtores em direção a modelos sócioambientais mais sustentáveis

Por fim, compartilho a reflexão apontada por atores presentes nesta pesquisa de que o desafio de uma agricultura sustentável e de uma alimentação saudável não pode ficar restrito apenas aos agricultores. Esta é uma questão que abrange a sociedade como um todo e a própria sustentabilidade de nosso planeta, de forma

⁵⁵Entre estas pistas estão: a circulação de um áudio gravado por um conhecido representante da agricultura convencional incitando uma guerra civil caso Bolsonaro perdesse as eleições; minha conversa com o agricultor convencional José, que fez questão de defender o Bolsonaro e demais relatos e histórias contadas por meus entrevistados.

que é necessário que cidadãos consumidores também passem a se engajar e agir politicamente na luta pela valorização da agroecologia. Tal processo passa tanto pela conscientização de uma alimentação saudável e livre de veneno, como pela valorização dos produtores e a exigência por políticas públicas que atendam aos anseios de sustentabilidade de agentes humanos e não humanos.

6. Referências:

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). **Olhares agroecológicos**: análise econômico- ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros / [organização: Flavia Londres, Paulo Petersen e Gustavo Martins]. – 1. ed. - Rio de Janeiro : AS-PTA, 2017. 192

BARROS, L. M. R. e BARROS, M. E. B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *In: Pistas do Método da Cartografia*: a experiência da pesquisa e o plano comum Vol. II./ orgs PASSOS, E; KASTRUP, V; TEDESCO, S. Porto Alegre: Sulina. 2014

BARROS, L. P. e KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In: Pistas do método da cartografia*: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. – Porto Alegre: Sulina, 2009

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

CALDAS, L. C.C. **Agroturismo em São Pedro da Serra e arredores, Nova Friburgo/RJ**: Potencialidades e limitações. Dissertação (Mestrado em práticas e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2014.

CARNEIRO, M. J. *et al.* **Agricultores e território**: práticas e saberes - Rio de Janeiro: Trasso Comunicação/CNPq/Faperj, 2010

CARNEIRO, M.J.; PALM, J. L. **Agricultura Familiar**: produção, venda e consumo. Nova Friburgo: Instituto de Imagem e Cidadania, 2015.

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L. **Modo de vida de agricultores familiares de montanha**: um estudo de caso de São Pedro da Serra, Nova Friburgo, R.J. *Iluminuras* (Porto Alegre), v. 17, p. 180-202, 2016.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. 24 p. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004

CHARBONNIER , P. **Culture écologique**. Paris: Presses de Sciences Po. 2022

CILENTE, L. P. **Grãos de Luz**: Práticas e saberes comunitários do conhecimento tradicional por um coletivo de erveiras. Dissertação (mestrado) - Curso Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022

COSTA. A. Antropoceno: desmandamentos gravados em rocha. *In: Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra*. v.1 Org: VIVEIROS DE CASTRO. E. *et al.* Rio de Janeiro. Editora Machado, 2022.

COSTA, M. G. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e descoloniais. *In: Ecofeminismo*:

Fundamentos teóricos e práxis interseccionais. ROSENDO, D. *et al.* (org). Rio de Janeiro: Ape'ku, 2019. E-book Kindle

DANOWSKI, D; VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2014

DELEUZE, G. **Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)/Gilles Deleuze;** tradução para o português FRAGOSO, E. A. R. *et al.* - 3. ed. – Fortaleza: EdUECE, 2019.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (vol. 3). São Paulo: Ed. 34, 1996

D'ONOFRE, D. G. **Uma análise da situação do turismo rural nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra em Nova Friburgo (RJ).** Monografia de conclusão de curso de bacharelado em Turismo. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2010

EMBRAPA, **Marco referencial em Agroecologia/** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. -Brasília, DF. Embrapa Informações tecnológicas, 2006.

FIOCRUZ. **Caderno de estudos: saúde e agroecologia.** vol. 1 / organizadores: BURIGO, A. C. *et al.* tradução Khabiro Traduções.- Rio de Janeiro: FIOCRUZ: ANA: ABA-Agroecologia, 2019.

FONSECA, G. **Feira ALUMIAR em Nova Friburgo - RJ: estratégia coletiva para a construção da agroecologia e comercialização direta.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica. 2018

FRIEDRICH, K. (org.). **Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida!/** Organizadores: FRIEDRICH, K *et al.*. – 1. ed. -- Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: um novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, 1990.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2013

HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *In: ClimaCom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte. Ano 3, n. 5, Abril 2016

INEA. **APA Estadual de Macaé de Cima: Plano de manejo - informações sintetizadas da UC.** Rio de Janeiro, 2014.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs.* PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. – Porto Alegre: Sulina, 2009

KASTRUP, V; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *In: Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum Vol. II./ orgs PASSOS, E; KASTRUP, V; TEDESCO, S. Porto Alegre: Sulina. 2014*

KOPENAWA, D; ALBERT, B. **A queda do céu**: : Palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro - 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. **Onde Aterrorar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a.

LATOUR, B. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Traduzido por MEYER, M. São Paulo/ Rio de Janeiro: Ubu Editora/ Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

LEITE, S.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. *In: Dicionário da Educação do Campo*. Org. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LOPES, R. J. **1499: a pré-história do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

MAYER, J. M. **Raízes e crise do mundo caipira**: o caso de Nova Friburgo. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense. 2003.

MAYER, J. M. Terra Prometida: uma tragédia em 4 atos. *In: Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH*. Rio de Janeiro, 2006

NASCIMENTO *et al.* O uso de agrotóxicos na floricultura: o caso de Vargem Alta – região serrana do Rio de Janeiro. **Revista Tamoios**. São Gonçalo (RJ), ano 14, v.10, n.2, p. 142-161, jul-dez, 2018.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. *In: Dicionário da Educação do Campo*. Org. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **IPCC AR6, WG1**: Resumo Comentado. 2021

PALM, J. L. **Processos de transição agroecológica**: ecologia de projetos - uma abordagem pragmática, sistêmica e territorial na Região Serrana Fluminense. 2021 Tese (doutorado) - Curso Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021

PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. Apresentação. *In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. – Porto Alegre: Sulina, 2015*

PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Org. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

READ, J. The affective economy: Producing and consuming affects in Deleuze and Guattari. In: **The Production of Subjectivity: Marx and Philosophy**. Brill, 2022. p. 169-185.

SANTOS, M.; GLASS, V. (org). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2018.

SCHUTTER, O. A agroecologia e o direito humano à alimentação adequada. **Caderno Sisan** n. 1. Relatório apresentado à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Relator Especial da Organização das Nações Unidas para o direito à alimentação. Brasília, DF: MDS, 2012. 32 p.

SEEG. **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil (1970-2020)**. 2021. Disponível em:

<https://energiaeambiente.org.br/produto/analise-das-emissoes-brasileiras-de-gases-de-efeito-estufa-e-suas-implicacoes-para-as-metas-climaticas-do-brasil-1970-2020>
Acesso em: 25 maio 2023.

SILVA, F. M. G. A economia Imaginada do capitalismo agrário brasileiro: notas de pesquisa. In: Teoria e Cultura: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF/Universidade Federal de Juiz de Fora**, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. Juiz de Fora, v 10, n 2, jul-dez, 2015.

STEDILE, J. P. e CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Org. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

TEDESCO, S. H; SADE, C; CALIMAN, L, V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum** Vol. II./ orgs PASSOS, E; KASTRUP, V; TEDESCO, S. Porto Alegre: Sulina. 2014

TEIXEIRA, V. L. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Curso Ciências Econômicas. Campinas, SP: [s.n.], 2009

TSING, A. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. 284 p.

TSING, A. **O cogumelo no fim do mundo**: sobre a possibilidade de vidas nas ruínas do capitalismo; traduzido por Jorgge Barreto, Yudi Rafael. - São Paulo: n-1 edições, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Preventing suicide**: a resource for pesticide registrars and regulators. Geneva; 2019. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

ANEXOS

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações aos participante:

1. Título do protocolo do estudo:

Uma cartografia sobre Transição Agroecológica na região de Lumiar, São Pedro da Serra e entorno, Nova Friburgo, RJ.

2. Convite:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Uma cartografia sobre Transição Agroecológica na região de Lumiar, São Pedro da Serra e entorno, Nova Friburgo, RJ**. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3. O que é o projeto?

Esta pesquisa visa pesquisar a transição agroecológica na região de Lumiar, São Pedro da Serra (distritos de Nova Friburgo, RJ) e entorno, com foco nas motivações e afetos que permeiam práticas de agricultura sustentáveis. Tal estudo se dá a partir da linha de pesquisa “Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade”, do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A linha aborda questões de desenvolvimento e compromissos de sustentabilidade, segundo perspectivas de inclusão social, dinâmicas culturais e construção de cidadania, pensando a ecologia como composição de subjetividades. O projeto visa analisar quais motivações e afetos se fazem presentes na opção e busca de diferentes agentes por uma agricultura de base agroecológica, ou seja, socioambientalmente sustentável e justa na região. Para tanto, o pesquisador proponente deste projeto irá acompanhar as práticas e realizar entrevistas com seus participantes, desde que haja consentimento.

4. Qual é o objetivo do estudo?

O projeto consiste em entrevistar produtores rurais ou outros agentes envolvidos no processo de transição agroecológica em Lumiar, São Pedro da Serra e entorno,

Nova Friburgo, RJ. Também, serão feitas visitas aos locais de produção destes agricultores e registros audiovisuais destes (fotografias e vídeos). Tanto as entrevistas quanto os registros só serão feitos conforme haja consentimento dos participantes.

5. Por que eu fui escolhido(a)?

O foco da pesquisa são produtores rurais ou outros agentes envolvidos no processo de transição agroecológica em Lumiar, São Pedro da Serra e entorno, Nova Friburgo, RJ. Serão realizadas conversas informais, aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas e visitas ao campo. A entrevista é um diálogo em que não existem respostas certas ou erradas. A participação na pesquisa é voluntária e as informações fornecidas serão utilizadas de forma a não causar prejuízos ou constrangimento. Caso não seja da vontade do entrevistado para a publicação da pesquisa, poderá ser utilizado codinome, o que permitirá a não identificação do participante, com a finalidade de preservar o anonimato. Assim como, caso não haja da vontade do entrevistado, não serão feitos registros audiovisuais destes (fotografias e vídeos).

6. Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto **Uma cartografia sobre Transição Agroecológica na região de Lumiar, São Pedro da Serra e entorno, Nova Friburgo, RJ**, você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7. O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

A entrevista será gravada em áudio e/ou em vídeo, anotada e depois transcrita para que os dados sejam apreendidos da melhor maneira. Somente o pesquisador terá acesso aos dados (gravação e transcrição da entrevista). Em conformidade com o art. 28, IV, da Resolução nº 510/16 que estabelece a obrigatoriedade de “manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa”, todos os dados serão arquivados na sede do Programa Eicos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, durante o período estipulado pela Resolução mencionada.

8. O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

É exigido do participante nada além do desejo e da disponibilidade de participar da pesquisa.

9. Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

Não existe nenhum tipo de despesa ao participar da pesquisa.

10. Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

Para os participantes são mínimos os desconfortos e riscos nesta pesquisa e se houverem eles estão relacionados com possíveis lembranças de assuntos delicados da vida pessoal. Ressaltamos que não é necessário dar seguimento em questões pessoais constrangedoras ou comprometedoras. E que a participação é voluntária. A entrevista poderá ser interrompida quando o (a) entrevistado(a) desejar, assim como retirar a sua declaração. Os entrevistados possuem a liberdade de recusar a responder a qualquer pergunta específica. Devido à pandemia do SARS-CoV-2, existem riscos à saúde inerentes a interações presenciais necessárias à realização de entrevistas. Conforme as "Orientações para condução de pesquisas e atividade dos CEPs durante a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2" (de 105 01/04/2020), do Ministério da Saúde: "aconselha-se a adoção de medidas para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa." E ainda: "[e]m observância às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia do SARS-CoV-2, é necessário zelar pelo melhor interesse do participante da pesquisa, mantendo-o informado sobre as modificações do protocolo de pesquisa que possam afetá-lo, principalmente se houver ajuste na condução do estudo, cronograma ou plano de trabalho."

11. Quais são os possíveis benefícios de participar?

Considera-se que o tema da transição agroecológica seja de grande relevância, dado a predominância, tanto no Brasil como um todo como na localidade de investigação deste estudo, da agricultura convencional, marcada pelo uso ostensivo de agrotóxico e pelos danos causados tanto ao meio ambiente quanto à sociedade. Neste cenário é de grande importância conhecermos e nos associarmos às práticas que possam apontar para outros mundos possíveis, o que leva a indagação sobre quais motivações e afetos se fazem presentes na opção e busca de diferentes agentes por uma agricultura de base agroecológica, ou seja, socioambientalmente sustentável e justa. Nos interessa assim refletir e indagar sobre o que podemos aprender destas práticas, e ainda, que respostas têm sido construídas a partir das práticas que constituem essas iniciativas.

12. O que acontece quando o estudo termina?

Uma vez que o estudo esteja concluído, você terá acesso aos resultados antes de eles serem publicados em artigos resultantes do trabalho. Se há alguma dúvida com relação à pesquisa, você poderá entrar em contato comigo através do endereço que segue abaixo.

13. Contato para informações adicionais.

Dados do(a) pesquisador(a) responsável: João Pedro Viola (Aluno de mestrado do Programa EICOS, UFRJ). Telefones: (21) 994283085. Email: jotaviola@gmail.com

Dados da Instituição Proponente: Programa EICOS Universidade Federal do Rio de Janeiro Campus da Praia Vermelha Av. Pasteur, s/n, Urca Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-250 Telefones: (21) 39385348 Email: secretariaeicos@gmail.com

Ou

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH Universidade Federal do Rio de Janeiro Campus da Praia Vermelha Av. Pasteur, s/n, Urca Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30 106 Telefone: (21) 3938-5167 Email: cep.cfch@gmail.com

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

14. Remunerações financeiras.

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa. Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a). Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia. 1 – Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas. 2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados. 3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante: _____ Assinatura
do participante: _____ Data: ____/____/____

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisa